

DEMONSTRATIVOS
E PARECERES
2014

Fundação Celpe de Seguridade Social - CELPOS
Balanços patrimoniais consolidados em 31 de dezembro de 2014 e 2013
 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2014	2013
Disponível		<u>248</u>	<u>213</u>
Realizável		<u>808.639</u>	<u>775.579</u>
Gestão previdencial	4	134.921	140.828
Gestão administrativa	5	625	696
Investimentos	6	<u>673.093</u>	<u>634.055</u>
Créditos privados e depósitos		3.803	3.570
Ações		7.625	8.334
Fundos de investimento		606.007	568.209
Investimentos imobiliários		39.373	36.687
Empréstimos a participantes		16.285	17.255
Permanente			
Imobilizado	7	<u>224</u>	<u>179</u>
Gestão assistencial	8	<u>279</u>	<u>270</u>
Total do ativo		<u>809.390</u>	<u>776.241</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo	Nota	2014	2013
Exigível operacional	9	2.395	2.144
Gestão previdencial		1.434	1.194
Gestão administrativa		786	727
Investimentos		175	223
Exigível contingencial	10		
Gestão previdencial		2.860	2.418
Patrimônio social		803.856	771.409
Patrimônio de cobertura do plano	11	783.532	753.388
Provisões matemáticas		801.399	787.502
Benefícios concedidos		627.248	609.065
Benefícios a conceder		174.151	178.437
Equilíbrio técnico		(17.867)	(34.114)
(-) Déficit técnico acumulado		(17.867)	(34.114)
Fundos	12	20.324	18.021
Fundos previdenciais		6.726	6.037
Fundos administrativos		7.376	6.657
Fundos dos investimentos		6.222	5.327
Gestão assistencial		279	270
Total do passivo		809.390	776.241

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Celpe de Seguridade Social - CELPOS

Demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio social

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	2014	2013	Variação (%)
Patrimônio social - início do exercício	771.409	752.459	3
Adições	128.455	107.300	20
Contribuições previdenciais	56.929	53.003	7
Resultado positivo dos investimentos - Gestão previdencial	65.310	48.797	34
Receitas administrativas	4.646	4.112	13
Resultado positivo dos investimentos - Gestão administrativa	675	437	54
Constituição de fundos de investimentos	895	951	(6)
Destinações	(96.008)	(88.350)	9
Benefícios	(90.974)	(83.911)	8
Constituição de contingências - Gestão previdencial	(432)	(554)	(22)
Despesas administrativas	(4.602)	(3.885)	18
Acréscimo (decréscimo) no patrimônio social	32.447	18.950	71
Provisões matemáticas	13.897	19.232	(28)
Fundos previdenciais	689	1.229	(44)
Fundos administrativos	719	664	8
Fundos dos investimentos	895	951	(6)
Superávit (déficit) técnico do exercício	16.247	(3.126)	(620)
Patrimônio social - final do exercício	803.856	771.409	4

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Celpe de Seguridade Social - CELPOS

Demonstrações consolidadas do plano de gestão administrativa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	2014	2013	Variação (%)
Fundo administrativo do exercício anterior	<u>6.657</u>	<u>5.994</u>	<u>11</u>
Custeio da gestão administrativa	<u>5.321</u>	<u>4.549</u>	<u>17</u>
Receitas	<u>5.321</u>	<u>4.549</u>	<u>17</u>
Custeio administrativo da gestão previdencial	3.203	2.936	9
Custeio administrativo dos investimentos	1.390	1.007	38
Taxa de administração de empréstimos e financiamentos	50	169	(70)
Resultado positivo dos investimentos	675	437	54
Outras receitas	3	-	100
Despesas administrativas	<u>(4.602)</u>	<u>(3.886)</u>	<u>18</u>
Administração previdencial	<u>(2.416)</u>	<u>(2.032)</u>	<u>19</u>
Pessoal e encargos	(979)	(836)	17
Treinamentos/congressos e seminários	(86)	(24)	258
Viagens e estadias	(52)	(83)	(37)
Serviços de terceiros	(653)	(571)	14
Despesas gerais	(620)	(495)	25
Depreciações e amortizações	(26)	(23)	13
Administração dos investimentos	<u>(2.186)</u>	<u>(1.854)</u>	<u>18</u>
Pessoal e encargos	(924)	(793)	17
Treinamentos/congressos e seminários	(75)	(20)	275
Viagens e estadias	(56)	(104)	(46)
Serviços de terceiros	(467)	(464)	1
Despesas gerais	(638)	(449)	42
Depreciações e amortizações	(26)	(24)	8
Sobra (insuficiência) da gestão administrativa	<u>719</u>	<u>663</u>	<u>8</u>
Constituição (reversão) do fundo administrativo	<u>719</u>	<u>663</u>	<u>8</u>
Fundo administrativo do exercício atual	<u>7.376</u>	<u>6.657</u>	<u>11</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Celpo de Seguridade Social - CELPOS

Demonstrações dos ativos líquidos por plano de benefícios - Benefício Definido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

Plano BD

	2014	2013	Variação (%)
Ativos	692.186	668.802	3
Disponível	147	69	113
Recebível	136.941	142.910	(4)
Investimento	555.098	525.823	6
Créditos privados e depósitos	2.632	2.471	7
Ações	7.625	8.334	(9)
Fundos de investimento	492.119	464.812	6
Investimentos imobiliários	39.373	36.687	7
Empréstimos	13.349	13.519	(1)
Obrigações	4.128	3.587	15
Operacional	1.268	1.168	9
Contingencial	2.860	2.419	18
Fundos não previdenciais	8.111	7.420	9
Fundos administrativos	3.019	3.019	-
Fundos dos investimentos	5.092	4.401	16
Ativo líquido	679.947	657.795	3
Provisões matemáticas	697.814	691.909	1
Superávit (déficit) técnico	(17.867)	(34.114)	(48)

Informações complementares (*)

Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado

Resultado realizado	<u>(17.867)</u>
Deficit técnico acumulado	(17.867)
Ajuste de precificação	35.877
Equilíbrio técnico ajustado	<u><u>18.010</u></u>

(*) Conforme Instrução MPS/PREVIC/DC nº 19 de 04/02/2015 - Na primeira adoção das regras constantes na Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014, as EFPC ficam desobrigadas do preenchimento do campo “Exercício anterior”, das “Informações complementares”, do Demonstrativo do ativo líquido por plano de benefícios.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Celpe de Seguridade Social - CELPOS**Demonstrações das mutações do ativo líquido por plano de benefício -Benefício Definido**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

PLANO BD

	2014	2013	Variação (%)
Ativo líquido - início do exercício	657.795	646.068	2
Adições	99.762	82.180	21
Contribuições	42.131	36.707	15
Resultado positivo dos investimentos - Gestão previdencial	57.631	45.473	27
Destinações	(77.610)	(70.453)	10
Benefícios	(75.453)	(68.294)	10
Constituição de contingências - Gestão previdencial	(432)	(554)	(22)
Custeio administrativo	(1.725)	(1.605)	7
Acréscimo (decréscimo) no ativo líquido	22.152	11.727	89
Provisões matemáticas	5.905	14.852	(60)
Superávit (déficit) técnico do exercício	16.247	(3.125)	(620)
Ativo líquido - final do exercício	679.947	657.795	3
Fundos não previdenciais	8.111	7.420	9
Fundos administrativos	3.019	3.019	-
Fundos dos investimentos	5.092	4.401	16

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Celpe de Seguridade Social - CELPOS**Demonstrações das mutações do ativo líquido por plano de benefício -Contribuição Definida**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

CELPOS CD

	2014	2013	Variação (%)
Ativos	116.138	106.441	9
Disponível	26	87	(70)
Recebível	5.356	4.576	17
Investimento	110.756	101.778	9
Créditos privados e depósitos	1.171	1.099	7
Fundos de investimento	106.649	96.944	10
Empréstimos	2.936	3.735	(21)
Obrigações	341	249	37
Operacional	341	249	37
Fundos não previdenciais	5.486	4.563	20
Fundos administrativos	4.357	3.638	20
Fundos dos investimentos	1.129	925	22
Ativo líquido	110.311	101.629	9
Provisões matemáticas	103.585	95.593	8
Fundos previdenciais	6.726	6.037	11

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Celpe de Seguridade Social - CELPOS

Demonstrações das mutações dos ativos líquidos por plano de benefícios - Contribuição Definida

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

CELPOS CD

	2014	2013	Variação (%)
Ativo líquido - início do exercício	101.629	96.021	6
Adições	25.680	22.557	14
Contribuições	18.001	19.232	(6)
Resultado positivo dos investimentos - Gestão previdencial	7.679	3.325	131
Destinações	(16.998)	(16.949)	0
Benefícios	(15.520)	(15.617)	(1)
Custeio administrativo	(1.478)	(1.332)	11
Acréscimo (decréscimo) no ativo líquido	8.682	5.608	55
Provisões matemáticas	7.993	4.379	83
Fundos previdenciais	689	1.229	(44)
Ativo líquido - final do exercício	110.311	101.629	9
Fundos não previdenciais	5.486	4.563	20
Fundos administrativos	4.357	3.638	20
Fundos dos investimentos	1.129	925	22

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Celpe de Seguridade Social - CELPOS

Demonstrações das provisões técnicas do plano de benefícios -Benefício Definido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

Plano BD

	2014	2013	Variação (%)
Provisões técnicas	689.167	665.782	4
Provisões matemáticas	697.814	691.909	1
Benefícios concedidos	614.015	597.877	3
Benefício definido	614.015	597.877	3
Benefício a conceder	83.799	94.032	(11)
Benefício definido	83.799	94.032	(11)
Equilíbrio técnico	(17.867)	(34.114)	(48)
Resultados realizados	(17.867)	(34.114)	(48)
(-) Déficit técnico acumulado	(17.867)	(34.114)	(48)
Fundos	5.092	4.401	16
Fundos dos investimentos	5.092	4.401	16
Exigível operacional	1.268	1.168	9
Gestão previdencial	1.094	947	16
Gestão dos investimentos	174	221	(21)
Exigível contingencial	2.860	2.418	18
Gestão previdencial	2.860	2.418	18

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Celpe de Seguridade Social - CELPOS**Demonstrações das provisões técnicas do plano de benefícios -Contribuição Definida**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

CELPOS CD

	2014	2013	Variação (%)
Provisões técnicas	111.781	102.804	9
Provisões matemáticas	103.585	95.593	8
Benefícios concedidos	13.234	11.188	18
Contribuição definida	13.234	11.188	18
Benefício a conceder	90.351	84.405	7
Contribuição definida	90.351	84.405	7
Saldo de contas - Parcela patrocinador(es)	50.592	47.965	5
Saldo de contas - Parcela participantes	39.759	36.440	9
Fundos	7.855	6.962	13
Fundos previdenciais	6.726	6.037	11
Outros - previsto em nota técnica atuarial	6.726	6.037	11
Fundos dos investimentos	1.129	925	22
Exigível operacional	341	249	37
Gestão previdencial	340	247	38
Gestão dos investimentos	1	2	(50)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Fundação Celpe de Seguridade Social - CELPOS (“CELPOS” e ou “Entidade”) é uma Entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, localizada à Rua João Fernandes Vieira, 190, Soledade, Recife-PE, constituída sob a forma de fundação, por prazo indeterminado, com autonomia administrativa e financeira, autorizada a funcionar por meio da Portaria nº 2.376 de 19 de janeiro de 1981, publicada no DOU de 21 de janeiro de 1981.

A Entidade obedece às normas expedidas pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, por meio da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, e às resoluções específicas do Banco Central do Brasil, estando disciplinada pela Lei Complementar nº 109/2001, e alterações posteriores.

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a Entidade tem como principal finalidade suplementar, para os empregados da Companhia Energética de Pernambuco S.A. - CELPE e seus próprios empregados, os benefícios a que têm direito como segurados do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social - SINPAS, tais como: suplementação de aposentadoria por invalidez, por tempo de serviço, por idade e especial, benefício proporcional diferido, suplementação de pensão por morte, suplementação de abono anual, suplementação de auxílio-reclusão, suplementação de auxílio-doença resultante de acidentes do trabalho, ampliação de auxílio-funeral e ampliação de auxílio-natalidade, de acordo com os Regulamentos dos seus Planos de Benefícios.

Quando de sua constituição, a Entidade adotou a modalidade de plano de Benefício Definido - BD. Em maio de 2006, a Entidade instituiu um novo plano de benefícios previdenciários na modalidade Contribuição Definida - CD (Plano Misto I de Benefícios), tendo o seu regulamento sido aprovado em 29 de novembro de 2005 pelo Ministério de Previdência e Assistência Social (MPAS), por meio da Secretaria de Previdência Complementar - SPC atual Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC. Quando da aprovação do novo regulamento, a Entidade passou a condição multipatrocinada, tendo a Companhia Energética de Pernambuco S.A. - CELPE na qualidade de patrocinadora instituidora e a própria Entidade na qualidade de única patrocinadora solidária da CELPE.

Os recursos de que a Entidade dispõe para cumprir seu principal objetivo são oriundos:

Das contribuições de suas patrocinadoras, a Companhia Energética de Pernambuco - CELPE e a própria Fundação Celpe de Seguridade Social - CELPOS. Nos exercícios de 2014 e 2013, a patrocinadora contribuiu mensalmente pela paridade contributiva para os benefícios programados, isto é, para cada real contribuído pelos participantes (ativos e assistidos) a patrocinadora contribuiu com igual valor, para o Plano BD. Para o Plano CELPOS CD, além da contribuição previdenciária, a patrocinadora também contribuiu com o Custeio Administrativo e o Fundo de Risco;

Das contribuições de seus participantes, onde os participantes ativos, autopatrocinados e assistidos contribuem com percentuais sobre os salários e suplementações em forma de cascata, que iniciam em 4,21% até 50,20% para contribuição normal, resultando em uma contribuição média de 14,32% para ativos e autopatrocinados e de 15,33% para os assistidos do plano BD. Para o CELPOS CD os participantes ativos e autopatrocinados contribuem com os percentuais variando de 50%, 70%, 80%, 90% e 100% do valor base de sua contribuição; e

Dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos, que obedecem ao disposto nas Resoluções nº 3.792 de 24 de setembro de 2009 e suas alterações, estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, divulgadas pelo Banco Central do Brasil.

A Entidade aplica seus recursos dentro e mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros formais capazes de assegurar sua exatidão.

As patrocinadoras são responsáveis pelo processamento da folha de pagamento dos participantes ativos, base para o recebimento das contribuições, e pela atualização do cadastro de participantes, que alimenta os cálculos atuariais para determinação das reservas matemáticas da Entidade.

Em 31 de dezembro de 2014, a Entidade possuía um total de 4.962 (4.914 em 2013) participantes, conforme demonstrado a seguir:

Plano	Participantes Ativos		Participantes Assistidos		Pensionistas		Total	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Benefício definido	483	548	2.260	2.280	880	860	3.623	3.688
Contribuição definida	1.282	1.181	52	41	5	4	1.339	1.226
	1.765	1.729	2.312	2.321	885	864	4.962	4.914

No Demonstrativo Atuarial - DA, a quantidade de participantes refere-se a novembro de 2014, mês base para avaliação atuarial.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades autorizadas e reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, sob a fiscalização e supervisão da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC e em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, especificamente a Resolução MPAS/CNPC nº 8 de 31 de outubro de 2011 e alterações e Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC TE 11. Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da demonstração de resultado e fluxos de caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC T 19.27.

Apresentação das demonstrações financeiras

O Conselho Nacional de Previdência Complementar, por meio da Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014, alterou o item IV do Anexo “B” da Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, referente à Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios (DAL). A alteração consiste basicamente na inclusão do valor de ajuste de precificação. Conforme a Instrução MPS/PREVIC/DC nº 19, de 04 de fevereiro de 2015, na primeira adoção das regras constantes na Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014, as EFPC ficam desobrigadas do preenchimento do campo “Exercício anterior”, das “Informações complementares”, do Demonstrativo do Ativo Líquido por Plano de Benefícios.

Com relação ao preenchimento da Demonstração do Plano Administrativa (DPGA) consolidada para o exercício de 2014, a PREVIC, em Ofício Circular nº 001 recebido pela Entidade em 23 de janeiro de 2015, emitiu uma orientação quanto à classificação contábil adotada para o

registro dos tributos no exercício de 2013 a qual deverá ser repetida para o registro dos valores contabilizados na conta “Tributos” para o exercício de 2014. Na demonstração de 2014 os valores de PIS/COFINS foram adicionados ao saldo da conta “Despesas Gerais” e a Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar - TAFIC e demais impostos adicionados ao saldo da conta “Outras Despesas”.

As demonstrações financeiras são apresentadas segregadas em 4 (quatro) sistemas de gestão distintos, formando um conjunto de informações que caracterizam as atividades destinadas à realização das funções da Entidade, quais sejam:

Gestão previdencial - Atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no art. 14 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária.

Gestão administrativa - Atividade de registro e de controle inerentes à administração dos planos de benefícios.

Gestão assistencial - Atividade de registro e de controle das contribuições e dos benefícios, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza assistencial.

Fluxo dos investimentos - Registro e controle referentes à aplicação dos recursos do plano.

A administração da Entidade autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras em 27 de fevereiro de 2015.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras consolidadas e por plano foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto certos ativos e passivos financeiros cuja base de mensuração está descrita nas práticas contábeis correspondentes a cada um deles ao longo dessas demonstrações financeiras.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras consolidadas e por plano são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

As estimativas atuariais e contábeis foram baseadas em fatores objetivos que refletem a posição

em 31 de dezembro de 2014 e 2013, com base no julgamento da Administração para determinação dos valores adequados a serem registrados nas demonstrações financeiras. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissional externo (vide Nota explicativa nº 11), as contingências cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados que patrocinam as ações (vide Nota explicativa nº 10), a provisão para crédito de liquidação duvidosa, entre outros.

A Administração da Entidade não identificou a existência de informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

A administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo de sua determinação.

3 Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente na preparação das demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

a. Registro das adições, deduções, receitas, despesas, rendas/variações positivas e deduções/variações negativas

As adições e deduções da Gestão Previdencial, receitas e despesas da Gestão Administrativa, as rendas/variações positivas e deduções/variações negativas do Fluxo de Investimento, bem como as variações patrimoniais da Gestão Assistencial são escrituradas pelo regime de competência.

b. Reservas matemáticas e fundos da gestão previdencial

São apurados com base em cálculos atuariais, procedidos por atuário externo e independente. Representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, quanto aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes, assistidos e pensionistas.

c. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto

dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que refletem as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

As principais provisões e correspondentes práticas contábeis mantidas pela Entidade em 31 de dezembro de 2014 e 2013 são as seguintes:

(i) Provisão de créditos de liquidação duvidosa - PCLD

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no valor vencido, conforme o número de dias de atraso, atendendo ao disposto no item 11, anexo “A” da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e alterações.

Na constituição da provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa devem ser adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

25% (vinte e cinco por cento) para atrasos entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento e vinte) dias;
50% (cinquenta por cento) para atrasos entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias;

75% (setenta e cinco por cento) para atrasos entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 360 (trezentos e sessenta) dias; e

100% (cem por cento) para atrasos superiores a 360 (trezentos e sessenta) dias.

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa decorrentes de contribuições previdenciais em atraso deve incidir somente sobre o valor das parcelas vencidas.

(ii) Provisão de férias e 13º salário e respectivos encargos

Registra as férias vencidas e proporcionais, inclusive o adicional de um terço e o retorno de férias, 13º salários que são provisionados no PGA segundo o regime de competência, acrescidos dos encargos sociais.

(iii) Provisão para contingências

Registra o montante das provisões em decorrência de ações judiciais passivas mantidas contra a Entidade. É atualizado através das informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de êxito determinada pelos advogados patrocinadores dos processos, efetivando o registro da provisão no passivo dos planos, em contrapartida da despesa que lhe deu origem e, existindo depósito judicial, este deve ser registrado no ativo realizável em decorrência da Instrução MPS-PREVIC nº 5, de 8 de setembro de 2011.

(iv) Provisões matemáticas

As provisões matemáticas são determinadas em bases atuariais, por e sob a responsabilidade do atuário externo independente contratado pela Entidade, e correspondem aos compromissos acumulados no encerramento do exercício, segregados por plano de benefício assegurado aos participantes ou aos seus beneficiários na forma prescrita no regulamento do Plano de Benefícios.

Benefícios concedidos - Correspondem ao valor presente dos benefícios futuros a serem pagos aos participantes e beneficiários já em gozo de benefício.

Benefícios a conceder - Registra o valor presente dos saldos dos benefícios a serem pagos aos participantes da geração atual que ainda não estejam em gozo de benefício, avaliado de acordo com a Nota Técnica Atuarial.

d. Ativo realizável - fluxo dos investimentos

A estrutura de gestão dos investimentos é MULTIFUNDO que caracteriza uma gestão totalmente segregada dos investimentos. Os principais critérios de avaliação e de reconhecimento contábil das rendas e deduções são os seguintes:

(i) Créditos privados e depósitos/fundos de investimentos de renda fixa e multimercado

Os investimentos estão registrados pelo custo, acrescido dos rendimentos auferidos de forma *pro rata* até a data de encerramento do balanço e deduzidos, quando aplicável, das provisões para perdas.

As rendas/variações positivas e deduções/variações negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.

De acordo com as novas regras, os administradores dos fundos de pensão podem marcar os títulos pré e pós-fixados e com vencimento superior a 365 dias pelo valor de aquisição, acrescidos da rentabilidade acumulada desde a data da aquisição (marcar pela “curva do papel”). A PREVIC permite que as entidades fechadas de previdência complementar que possuam títulos e valores mobiliários integrantes de suas carteiras próprias e dos fundos de investimentos exclusivos marcados “pela curva do papel”, sejam classificados como “títulos mantidos até o vencimento”.

Os títulos mantidos na carteira até o vencimento consideram a capacidade financeira da Entidade, atestada em Parecer Atuarial. O critério de avaliação contábil é o da marcação pela curva do rendimento de forma proporcional (*pro rata*) até o vencimento.

Os montantes relativos aos fundos de investimento são representados pelo valor de suas cotas na data-base das demonstrações financeiras. Ativos relevantes alocados nesses fundos vêm sendo avaliados a valor de mercado, conforme legislação em vigor e os rendimentos e/ou deduções reconhecidos no resultado.

(ii) Ações e fundos de investimentos de ações

As ações adquiridas no mercado à vista são registradas pelo custo de aquisição, acrescido de despesas de corretagem e outras taxas, e avaliadas ao valor de mercado pela cotação de fechamento na data mais próxima à do balanço, na Bolsa de Valores em que a ação tenha alcançado maior liquidez.

Os rendimentos como bonificações, dividendos e juros sobre o capital próprio são apurados pelo regime de competência.

A avaliação dos ativos de renda variável deve ser feita utilizando-se a última cotação diária de fechamento do mercado em que o ativo apresentar maior liquidez, desde que tenha sido negociado pelo menos uma vez nos últimos 90 (noventa) dias.

Na hipótese de ativos sem negociação nos últimos 90 (noventa) dias, o valor do título deverá ser avaliado pelo menor entre os seguintes valores: custo de aquisição; última cotação disponível; último valor patrimonial do título divulgado à CVM; ou valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação.

Os montantes relativos aos fundos de investimento são representados pelo valor de suas cotas na data-base das demonstrações financeiras. Ativos relevantes alocados nesses fundos vêm sendo avaliados a valor de mercado e os rendimentos e/ou deduções reconhecidos no resultado.

(iii) Investimentos imobiliários

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados ao valor decorrente das reavaliações realizadas. As depreciações das construções são calculadas pelo método linear a taxa de 2% ao ano, considerando o tempo de vida útil remanescente estipulada no laudo de avaliação e sua contrapartida é lançada como despesa nos investimentos.

e. Operações com participantes

Estão registradas pelo valor atualizado dos débitos dos participantes oriundos de empréstimos

concedidos pela Entidade deduzidos, quando aplicável, de provisão para perdas na realização destes créditos.

Empréstimos de ordem pessoal

Em atendimento aos Normativos Legais e decisões internas atualizadas em junho de 2009, a carteira de empréstimos aos participantes é indexada pela rentabilidade da poupança, acrescida de 1% ao mês, e de acordo com a Política de Investimentos da Entidade, a carteira deve no mínimo alcançar a meta atuarial (INPC + 5,33% a.a.).

Os pagamentos dos empréstimos podem ser efetuados em até 48 meses, podendo ser concedidos para os ativos, autopatrocinados, assistidos e pensionistas, participantes dos Planos BD e CD.

f. Imobilizado - (Permanente)

Estão registrados ao custo de aquisição, deduzido de depreciação calculada pelo método linear estabelecido em função do tempo de vida útil às seguintes taxas anuais: 10% para instalações, móveis, utensílios, máquinas e equipamentos; 20% para computadores e periféricos e licença de uso.

g. Operações administrativas

Em conformidade com a Resolução MPS/CNPC nº8 de 31 de outubro de 2011 e suas alterações e Instrução SPC nº 34 de 24 de setembro de 2009 e suas alterações, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdencial, Investimentos e Diretas), deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial e de investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao fundo administrativo. O saldo do fundo administrativo é segregado por plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

As receitas administrativas da Entidade são debitadas aos planos previdenciais em conformidade com o plano de custeio vigente.

Para a determinação do saldo do fundo administrativo de cada plano a Entidade utiliza os seguintes critérios:

Receitas - Alocadas diretamente a cada plano que as originou, sendo utilizadas as fontes de

custeio previdencial e de investimentos;

Despesas específicas - Alocadas diretamente ao plano que as originou;

Despesas comuns - Utilização de critério de rateio que leva em consideração a ponderação entre o número de participantes e assistidos e a mão-de-obra dedicada a cada plano previdencial, que é base para apuração do percentual de participação de cada plano nas despesas administrativas comuns;

Fluxo positivo dos investimentos do PGA – Utilização da proporção patrimonial como critério de rateio.

As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade, e está em conformidade com a Resolução CGPC nº 29, datada de 31 de agosto de 2009.

4 Realizável da gestão previdencial

A gestão previdencial em 31 de dezembro de 2014 e 2013 está composta conforme discriminado a seguir:

	2014	2013
Contribuições do mês – patrocinador	1.895	1.985
Contribuições do mês – participantes	660	659
Contribuições contratadas - patrocinador (a)	131.384	137.287
Outros recursos a receber	534	431
Adiantamentos	19	15
Custeio administrativo antecipado	7	6
Depósitos judiciais/recursais	303	332
Outros realizáveis	119	113
	134.921	140.828

(a) Contribuições contratadas - patrocinador: decorre de um contrato de dívida referente à descobertura das Reservas Matemáticas de Benefícios a Conceder do Plano de Benefícios Definidos - BD, celebrado em 19 de setembro de 2001, com prazos renegociados em 13 de junho de 2003

no valor de R\$ 62.357. A atualização desse contrato é realizada mensalmente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC do IBGE, acrescidos de juros efetivos equivalentes a 6% ao ano, e até 31 de dezembro de 2007 chegou ao montante de R\$ 156.006. A amortização do contrato teve início a partir de 26 de janeiro de 2008 em 192 parcelas mensais, sendo o vencimento da última parcela previsto para 26 de dezembro de 2023. A garantia da dívida encontra-se prevista na cláusula oitava do instrumento contratual, autorizando a instituição financeira interveniente a transferir os recursos disponíveis nas contas bancárias da Patrocinadora em favor da Entidade, em havendo qualquer atraso no pagamento.

	2014	2013
Saldo no início do exercício	137.287	143.029
Parcela paga no exercício	(22.173)	(21.709)
Atualização	16.270	15.967
Saldo no final do exercício	131.384	137.287

5 Realizável da gestão administrativa (PGA)

A composição dos realizáveis da Gestão Administrativa em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é a seguinte:

	2014	2013
Contribuições para custeio - patrocinador	222	222
Contribuições para custeio - participantes	92	86
Responsabilidade de empregados	25	26
Responsabilidade de terceiros	33	55
Outros recursos a receber	181	237
Despesas antecipadas	11	10
Outros realizáveis - impostos a recuperar	54	54
Outros realizáveis - valores a receber transferidos	7	6
	625	696

6 Realizável dos investimentos - (Planos Previdenciais e PGA)

É composto pelos grupos de contas, cujos saldos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 são apresentados a seguir:

	2014	2013
Títulos para negociação		
Créditos privados e depósitos		
Companhias abertas		
Gafisa S.A.	3.803	3.570
Total de créditos privados e depósitos	3.803	3.570
Ações		
Outros emissores		
Shopping Center Tacaruna S.A.	7.625	8.334
Total de ações	7.625	8.334
Fundos de investimento		
Renda fixa		
HSBC FI RF ALM BD	10.581	6.800
BB Institucional Federal	7.238	6.453
Ações		
Ennesa FIA	9.335	9.322
Fator Sinergia IV	6.112	7.449
Recife Celpos FIC FIA	55.757	46.005
Mellon Capibaribe FIA	-	17.925
Sul América Expertise FIA	5.959	7.093
Sul América Expertise II FIA	3.272	4.519

Multimercado		
Amaraji Celpos Multimercado Previdenciário	72.800	75.662
Olinda Celpos BD FIM	40.256	36.018
Gravatá Celpos CD FIM	42.012	37.072
BB Multimercado Blackrock Inv. no Exterior	2.516	-
BB Multimercado JP Morgan Inv. no Exterior	1.537	-
Participações		
Rio Bravo Energia I - FIP	3.946	4.039
Imobiliário		
Panamby	3.233	3.181
Geo Guararapes	187	179
Shopping Guararapes	1.198	1.198
Total de fundos de investimentos para negociação	265.939	262.915

Títulos mantidos até o vencimento		
Fundos de Investimentos		
Renda Fixa		
ALM BD FI RF	<u>340.068</u>	<u>305.294</u>
Total de títulos mantidos até o vencimento	340.068	305.294
Total de fundos de investimentos	<u>606.007</u>	<u>568.209</u>

Investimentos imobiliários		
Aluguéis e rendas	39.345	36.656
Outros investimentos imobiliários	<u>28</u>	<u>31</u>
Total de investimentos imobiliários	<u>39.373</u>	<u>36.687</u>
Operações com participantes - Empréstimos	<u>16.285</u>	<u>17.255</u>
Total dos investimentos	<u>673.093</u>	<u>634.055</u>

Abaixo são apresentados os fatos relevantes ocorridos no exercício de 2014 para os investimentos:

Em fevereiro de 2014, efetuamos no fundo ALM BD alongamento dos títulos públicos (NTN-B) vendendo o vértice 2015 e 2024 e comprando 2030 e 2040, estratégia recomendada pelo estudo de ALM (Fluxo das Obrigações);

Conforme aprovação do Conselho Deliberativo, no mês de março ocorreu o resgate total do Fundo BNY Mellon Capibaribe no Plano Celpos CD, o recurso foi aplicado no Fundo Recife Celpos FIC FIA;

Em abril de 2014, o empreendimento Shopping Center Tacaruna foi reavaliado pela

Consult Engenharia de Avaliações Ltda. bem como ocorreu a inauguração da 3ª etapa do empreendimento; além disso, neste mesmo mês efetuamos o resgate de R\$ 13 milhões do Fundo BNY Mellon Capibaribe que foram aplicados R\$ 8 milhões no Fundo ALM BD para compra de títulos públicos e R\$ 5 milhões no Fundo Recife Celpos FIC FIA;

Em maio de 2014, efetuamos a transferência da ação “Celpe PNA” que fazia parte da composição patrimonial do Fundo BNY Mellon Capibaribe para o Fundo Olinda Celpos BD FIM. Também em maio, conforme aprovação do Conselho Deliberativo, ocorreu o resgate total do Fundo BNY Mellon Capibaribe, o recurso foi aplicado no Fundo Recife Celpos FIC FIA.

Para atender as indicações do Estudo de ALM (Fluxo das Obrigações), em outubro de 2014, compramos títulos públicos (NTN-B) vértice 2018 e 2022.

Em novembro de 2014, alocamos R\$ 4 milhões no segmento de Investimentos no Exterior através dos fundos BB Multimercados BlackRock e BB JP Morgan, com aprovação da estratégia “Master Feeder” pelo Conselho Deliberativo.

O empreendimento Shopping Center Guararapes foi reavaliado pela Consult Engenharia de Avaliações Ltda. em dezembro de 2014.

No decorrer do exercício, visando atender o estudo do Fluxo das Obrigações “ALM - Asset Liability Management”, foram efetuadas diversas movimentações no fundo ALM BD FI RE, comprando e trocando títulos públicos em principal NTN-B com precificação na curva do papel.

Em atendimento ao artigo 8º, da Resolução CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002 a composição dos títulos está assim demonstrada:

a. Títulos para negociação

Em 31 de dezembro de 2014

	Quantidade	Valor de custo	Valor de mercado	Plano BD Valor de mercado	CELPOS CD Valor de mercado	PGA Valor de mercado	Vencimento
HSBC FI RF ALM BD							
Títulos Públicos							
Notas do Tesouro Nacional - Série B	2.270	5.346	5.748	5.748	-	-	2015 a 2035
Letras Financeiras do Tesouro	520	3.203	3.399	3.399	-	-	2015 a 2020
Operações Compromissadas LTN-O	1.332	1.212	1.212	1.212	-	-	2015
Títulos Privados							
Debêntures	200	200	230	230	-	-	2019
Contas a Pagar/Receber		-	(8)	(8)	-	-	
Sub Total		9.961	10.581	10.581	-	-	
Olinda Celpos BD FIM							
Títulos Públicos							
Letras Financeiras do Tesouro	1.308	7.945	8.551	8.551	-	-	2015 a 2020
Letras do Tesouro Nacional	10.000	6.345	6.978	6.978	-	-	2018
Notas do Tesouro Nacional - Série B	200	453	502	502	-	-	2050
Operações Compromissadas LTN-O	1.744	1.692	1.693	1.693	-	-	2015
Títulos Privados							
Debêntures	649	1.716	1.773	1.773	-	-	2015 a 2022
Letras Financeiras Subordinada	16	4.867	5.292	5.292	-	-	2022
Ações	25.000	500	350	350			
Cotas de Fundos de Investimentos	2.824.323,75	-	15.088	15.088	-	-	
Contas a Pagar/Receber		-	29	29	-	-	
Sub Total		23.518	40.256	40.256	-	-	
Gravatá Celpos CD FIM							
Títulos Públicos							
Letras Financeiras do Tesouro	1.599	10.016	10.453	-	10.453	-	2015 a 2020
Letras do Tesouro Nacional	10.200	6.513	7.167	-	7.167	-	2015 a 2018
Notas do Tesouro Nacional - Série B	200	453	502	-	502	-	2050
Operações Compromissadas LTN-O	1.410	1.368	1.369	-	1.369	-	2015
Títulos Privados							
Debêntures	653	1.747	1.804	-	1.804	-	2015 a 2022
Letras Financeiras Subordinada	16	4.867	5.296	-	5.296	-	2022
Cotas de Fundos de Investimentos	2.874.179,10	-	15.439	-	15.439	-	
Contas a Pagar/Receber		-	(18)	-	(18)	-	
Sub Total		24.964	42.012	-	42.012	-	

Continuação - Título para negociação

Amaraji Celpos Mult. Previdenciário							
Títulos Públicos							
Letras Financeiras do Tesouro	5.671	34.755	37.074	14.081	22.993	-	2015
Notas do Tesouro Nacional - Série B	55	139	140	53	87	-	2018
Operações Compromissadas NTN-O	7.277	17.974	17.982	6.829	11.153	-	2019
Títulos Privados							
CDB	3.407	3.746	6.054	2.299	3.755	-	2016
Debêntures	58.863	9.354	10.777	4.093	6.684	-	2019 a 2025
Letras Financeiras Subordinadas	2	600	785	298	487	-	2022
Contas a Pagar/Receber			(12)	(5)	(7)	-	
Sub Total							
		66.568	72.800	27.648	45.152	-	
Recife Celpos FIC FIA							
Títulos Públicos							
Cotas de Fundos de Investimentos	42.427.357,53	-	55.358	44.438	10.920	-	
Contas a Pagar/Receber			399	320	79	-	
Sub Total							
		-	55.757	44.758	10.999	-	
Carteira Própria							
Fundos de Investimentos							
BB Institucional Federal		6.722	7.238	-	-	7.238	
BB Multimercado Blackrock Inv. no Exterior		2.500	2.516	1.510	1.006	-	
BB Multimercado JP Morgan Inv. no Exterior		1.500	1.537	1.537	-	-	
Ennesa FIA		2.017	9.335	9.335	-	-	
Fator Sinergia IV		6.477	6.112	3.283	2.829	-	
Sul América Expertise FIA		5.167	5.959	1.307	4.652	-	
Sul América Expertise II FIA		5.000	3.272	3.272	-	-	
Rio Bravo Energia I - FIP		4.000	3.946	3.946	-	-	
FII - Panamby		2.238	3.233	3.233	-	-	
FII - Geo Guararapes		2.548	187	187	-	-	
FII - Shopping Guararapes		3.741	1.198	1.198	-	-	
Sub Total							
		41.910	44.533	28.808	8.487	7.238	
Créditos Privados e Depósitos							
Gafisa S.A.	2.890	2.890	3.803	2.632	1.171	-	15/10/2016
Sub Total							
		2.890	3.803	2.632	1.171	-	
Ações							
Outros Emissores							
Shopping Center Tacaruna S.A.	835	2.311	7.625	7.625	-	-	01/07/2020
Sub Total							
		2.311	7.625	7.625	-	-	
Total da Carteira Própria							
		47.111	55.961	39.065	9.658	7.238	
Total dos Títulos para negociação							
		172.122	277.367	162.308	107.821	7.238	

Em 31 de dezembro de 2013

	Quantidade	Valor de custo	Valor de mercado	Plano BD Valor de mercado	CELPOS CD Valor de mercado	PGA Valor de mercado	Vencimento
HSBC FI RF ALM BD							
Títulos Públicos							
Notas do Tesouro Nacional - Série B	996	2.441	2.337	2.337	-	-	2014 a 2035
Letras Financeiras do Tesouro	548	3.122	3.231	3.231	-	-	2014 a 2015
Operações Compromissadas LTN-O	1.036	1.010	1.010	1.010	-	-	2014
Títulos Privados							
Debêntures	200	200	229	229	-	-	2019
Contas a Pagar/Receber		-	(7)	(7)	-	-	
Sub Total		6.773	6.800	6.800	-	-	
Olinda Celpos BD FIM							
Títulos Públicos							
Letras Financeiras do Tesouro	140	805	825	825	-	-	2015
Letras do Tesouro Nacional	15.900	11.993	12.073	12.073	-	-	2015 a 2017
Notas do Tesouro Nacional - Série B	614	1.478	1.492	1.492	-	-	2014 a 2015
Operações Compromissadas LTN-O	10.690	10.421	10.425	10.425	-	-	2014
Títulos Privados							
Debêntures	632	1.546	1.567	1.567	-	-	2015 a 2022
Letras Financeiras Subordinada	2	667	689	689	-	-	2022
Cotas de Fundos de Investimentos	1.277.818	-	8.933	8.933	-	-	
Contas a Pagar/Receber		-	14	14	-	-	
Sub Total		26.910	36.018	36.018	-	-	
Gravatá Celpos CD FIM							
Títulos Públicos							
Letras Financeiras do Tesouro	140	805	825	-	825	-	2015
Letras do Tesouro Nacional	16.000	12.077	12.158	-	12.158	-	2015 a 2017
Notas do Tesouro Nacional - Série B	616	1.482	1.497	-	1.497	-	2014 a 2015
Operações Compromissadas LTN-O	12.115	11.810	11.815	-	11.815	-	2014
Títulos Privados							
Debêntures	635	1.566	1.589	-	1.589	-	2015 a 2022
Letras Financeiras Subordinada	2	667	689	-	689	-	2022
Cotas de Fundos de Investimentos	1.154.180	-	8.485	-	8.485	-	
Contas a Pagar/Receber		-	14	-	14	-	
Sub Total		28.407	37.072	-	37.072	-	
Amaraji Celpos Mult. Previdenciário							
Títulos Públicos							
Letras Financeiras do Tesouro	5.700	32.774	33.605	16.007	17.598	-	2014 a 2015
Notas do Tesouro Nacional - Série B	2.633	6.158	6.070	2.891	3.179	-	2014 a 2040
Operações Compromissadas NTN-O	7.590	17.935	17.949	8.550	9.399	-	2014

Títulos Privados							
CDB	3.407	3.746	5.450	2.596	2.854	-	2016
Debêntures	58.931	10.036	10.908	5.196	5.712	-	2016 a 2025
Letras Financeiras Subordinadas	2	600	698	332	366	-	2022
Cotas de Fundos de Investimentos	1.073.325	-	963	459	504	-	
Contas a Pagar/Receber		-	19	9	10	-	
Sub Total		71.249	75.662	36.040	39.622	-	
Recife Celpos FIC FIA							
Títulos Públicos							
Cotas de Fundos de Investimentos	19.289.895	-	46.004	35.545	10.459	-	
Contas a Pagar/Receber		-	1	1	-	-	
Sub Total		-	46.005	35.546	10.459	-	
Mellon Capibaribe FIA							
Títulos Públicos							
Letras Financeiras do Tesouro	20	116	118	112	6	-	2014
Operações Compromissadas NTN-F-O	962	945	945	902	43	-	2014
Ações	961.796	17.114	17.005	16.240	765	-	
Contas a Pagar/Receber		-	(143)	(137)	(6)	-	
Sub Total		18.175	17.925	17.117	808	-	
Carteira Própria							
Fundos de Investimentos							
BB Institucional Federal		5.746	6.453	-	-	6.453	
Ennesa FIA		2.017	9.322	9.322	-	-	
Fator Sinergia IV		6.475	7.449	4.002	3.447	-	
Sul América Expertise FIA		5.146	7.093	1.556	5.537	-	
Sul América Expertise II FIA		5.000	4.519	4.519	-	-	
Rio Bravo Energia I - FIP		4.000	4.039	4.039	-	-	
FII - Panamby		2.238	3.181	3.181	-	-	
FII - Geo Guararapes		2.548	179	179	-	-	
FII - Shopping Guararapes		3.741	1.198	1.198	-	-	
Sub Total		36.911	43.433	27.996	8.984	6.453	
Créditos Privados e Depósitos							
Gafisa S.A.	2.890	2.911	3.570	2.471	1.099	-	15/10/2016
Sub Total		2.911	3.570	2.471	1.099	-	
Ações							
Outros Emissores							
Shopping Center Tacaruna S.A.	835	3.814	8.334	8.334	-	-	01/07/2020
Sub Total		3.814	8.334	8.334	-	-	
Total da Carteira Própria		43.636	55.337	38.801	10.083	6.453	
Total dos Títulos para negociação		195.150	274.819	170.322	98.044	6.453	

Os títulos para negociação estão valorizados a preço de mercado na data do balanço.

Para a obtenção dos valores de mercado dos títulos e valores mobiliários e dos instrumentos financeiros, são adotados os seguintes critérios:

- Títulos públicos, com base nas taxas médias divulgadas pela ANBIMA.
- Ações de companhias abertas, pela cotação de fechamento disponível no último pregão do mês divulgada no relatório da custódia.
- As debêntures são valorizadas com base na taxa média de precificação, conforme relatório de precificação da custódia.
- Os Certificados de Depósito Bancário - CDB são valorizadas com base na taxa média de precificação, conforme relatório de precificação da custódia.
- Os dividendos e bonificações são reconhecidos no resultado do exercício, a partir da data da publicação da decisão da Assembleia Geral dos Acionistas das empresas investidas.

b. Títulos mantidos e vencimentos

Em 31 de dezembro de 2014

	Quantidade	Valor de custo	Valor em 31/12/14 consolidado	Valor em 31/12/14 plano BD	Valor do ajuste de precificação (**)	Valor de mercado (*)	Vencimento
HSBC FIRF ALM BD							
Títulos Públicos							
Notas do Tesouro Nacional - Série B	128	174	320	320	4	327	15/05/2015
Notas do Tesouro Nacional - Série B	1.700	3.997	4.405	4.405	4	4.370	15/08/2016
Notas do Tesouro Nacional - Série B	2.330	5.894	6.016	6.016	111	5.944	15/08/2018
Notas do Tesouro Nacional - Série B	11.290	22.598	28.377	28.377	1.679	28.777	15/08/2020
Notas do Tesouro Nacional - Série B	3.035	7.691	7.850	7.850	320	7.742	15/08/2022
Notas do Tesouro Nacional - Série B	9.610	12.664	21.386	21.386	4.736	24.457	15/08/2024
Notas do Tesouro Nacional - Série B	16.947	36.722	42.297	42.297	4.882	42.857	15/08/2030
Notas do Tesouro Nacional - Série B	39.107	59.407	86.998	86.998	21.962	97.095	15/05/2035
Notas do Tesouro Nacional - Série B	7.604	17.921	20.290	20.290	1.430	19.116	15/08/2040
Notas do Tesouro Nacional - Série B	31.271	51.868	70.532	70.532	749	77.286	15/05/2045
Notas do Tesouro Nacional - Série B	12.766	32.808	36.733	36.733	-	32.027	15/08/2050
Sub Total		251.744	325.204	325.204	35.877	339.998	
Notas do Tesouro Nacional - Série F	14.933	14.405	14.864	14.864	-	13.971	01/01/2023
Sub Total		14.405	14.864	14.864	-	13.971	
Total - Títulos Públicos	150.721	266.149	340.068	340.068	35.877	353.969	
		266.149	340.068	340.068	35.877	353.969	

Em 31 de dezembro de 2013

	Quantidade	Valor de custo	Valor em 31/12/13 consolidado	Valor em 31/12/13 plano BD	Valor de mercado (*)	Vencimento
HSBC FIRF ALM BD						
Títulos Públicos						
Notas do Tesouro Nacional - Série B	2.531	3.436	5.776	5.776	6.135	15/05/2015
Notas do Tesouro Nacional - Série B	1.700	3.997	4.160	4.160	4.143	15/08/2016
Notas do Tesouro Nacional - Série B	11.290	22.598	26.543	26.543	26.845	15/08/2020
Notas do Tesouro Nacional - Série B	12.688	16.722	26.222	26.222	29.769	15/08/2024
Notas do Tesouro Nacional - Série B	11.969	25.692	28.776	28.776	27.531	15/08/2030
Notas do Tesouro Nacional - Série B	39.107	59.407	81.369	81.369	88.021	15/05/2035
Notas do Tesouro Nacional - Série B	6.675	15.920	17.079	17.079	15.113	15/08/2040
Notas do Tesouro Nacional - Série B	31.271	51.868	66.078	66.078	69.517	15/05/2045
Notas do Tesouro Nacional - Série B	12.766	32.808	34.499	34.499	28.650	15/08/2050
Sub Total		232.448	290.502	290.502	295.724	
Notas do Tesouro Nacional - Série F	14.933	14.405	14.792	14.792	-	01/01/2023
Sub Total		14.405	14.792	14.792	-	
Total - Títulos Públicos		246.853	305.294	305.294	295.724	
Total dos Títulos mantidos a vencimento		246.853	305.294	305.294	295.724	

(*) PU de Mercado divulgado pela ANBIMA.

(**) Conforme Resolução CNPC nº 16, de 19/11/2014, as Entidades estão desobrigadas do preenchimento do exercício anterior, neste caso, 2013.

Os títulos mantidos até o vencimento estão alocados no Fundo Exclusivo HSBC FI ALM BD, sendo composto por títulos públicos (NTN-B e NTN-F) com vencimento entre 2015 a 2050.

De acordo com o estudo de ALM - Asset Liability Management realizado pela empresa de consultoria RiskOffice, a Administração da Entidade decidiu manter as aplicações em NTN-B e NTN-F em carteira até o vencimento, tendo em vista as suas características - em termos de rentabilidade, superior à meta atuarial (INPC + 5,33% a.a.), risco reduzido (Títulos Públicos Federais) e prazo de vencimento longo e compatível com o fluxo de caixa atuarial.

A Entidade declara possuir capacidade financeira para manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “Títulos mantidos até o vencimento”.

Em consonância com as Resoluções CNPC nº 15 e nº 16, de 19 de novembro de 2014 (incluindo a portaria PREVIC nº 615 de 2014), e seguindo os critérios estabelecidos na Instrução Normativa PREVIC nº 19/2015 (com a utilização da planilha exigida pela Portaria PREVIC nº 91 de 2015) a CELPOS adotou previamente, no encerramento do exercício de 2014, a precificação dos ativos, cujo valor do ajuste de precificação apresentado pelos títulos públicos federais mantidos a vencimento foi de R\$ 35.877.

Conforme Instrução MPS/PREVIC/DC nº 19 de 04 de fevereiro de 2015, na primeira adoção das regras constantes na Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014, as EFPC ficam desobrigadas do preenchimento do campo “exercício anterior”, das “informações complementares”, do demonstrativo do ativo líquido por plano de benefícios.

c.Composição dos títulos por vencimento

Em 31 de dezembro de 2014

Descrição	Plano BD			Plano Celpos CD			Plano PGA			Total
	Sem vencimento ou até 90 dias	De 90 a 360 dias	Acima de 360 dias	Sem vencimento ou até 90 dias	De 90 a 360 dias	Acima de 360 dias	Sem vencimento ou até 90 dias	De 90 a 360 dias	Acima de 360 dias	
Títulos para negociação										
Créditos Privados e Depósitos	-	-	2.632	-	-	1.171	-	-	-	3.803
Ações	-	-	7.625	-	-	-	-	-	-	7.625
Fundos de Investimentos	111.766	4.938	35.347	67.022	6.015	33.613	7.238	-	-	265.939
Títulos mantidos até o vencimento										
Fundos de Investimentos	-	-	340.068	-	-	-	-	-	-	340.068
Investimentos Imobiliários	39.373	-	-	-	-	-	-	-	-	39.373
Operações com Participantes (Empréstimos)	-	-	13.349	-	-	2.936	-	-	-	16.285
Total títulos por vencimento	151.139	4.938	399.021	67.022	6.015	37.720	7.238	-	-	673.093

Em 31 de dezembro de 2013

Descrição	Plano BD			Plano Celpos CD			Plano PGA			Total
	Sem Vencimento ou até 90 dias	De 90 a 360 dias	Acima de 360 dias	Sem Vencimento ou até 90 dias	De 90 a 360 dias	Acima de 360 dias	Sem Vencimento ou até 90 dias	De 90 a 360 dias	Acima de 360 dias	
Títulos para negociação										
Créditos Privados e Depósitos	-	-	2.471	-	-	1.099	-	-	-	3.570
Ações	-	-	8.334	-	-	-	-	-	-	8.334
Fundos de Investimentos	122.203	1.604	35.711	61.277	1.507	34.160	6.453	-	-	262.915
Títulos mantidos até o vencimento										
Fundos de Investimentos	-	-	305.294	-	-	-	-	-	-	305.294
Investimentos Imobiliários	36.687	-	-	-	-	-	-	-	-	36.687
Operações com Participantes (Empréstimos)	-	-	13.519	-	-	3.736	-	-	-	17.255
Total títulos por vencimento	158.890	1.604	365.329	61.277	1.507	38.995	6.453	-	-	634.055

Fundos de investimentos exclusivos

A composição dos investimentos realizados em Fundos de Investimentos exclusivos está abaixo demonstrada:

	2014	2013
HSBC FI RF ALM BD		
Títulos para negociação		
Títulos públicos federais		
Notas do Tesouro Nacional - Série B	5.748	2.337
Letras Financeiras do Tesouro	3.399	3.231
Operações compromissadas LTN-O	1.212	1.010
	<u>10.359</u>	<u>6.578</u>
Companhias Abertas		
BNDES	230	229
Outros (tesouraria/contas a pagar e receber)	(8)	(7)
Títulos mantidos até o vencimento		
Títulos Públicos Federais		
Notas do Tesouro Nacional - Série B	325.204	290.502
Notas do Tesouro Nacional - Série F	<u>14.864</u>	<u>14.792</u>
	<u>340.068</u>	<u>305.294</u>
	<u>350.649</u>	<u>312.094</u>

	2014	2013
Olinda Celpos BD FIM		
Títulos para Negociação		
Títulos Públicos Federais		
Letras Financeiras do Tesouro	8.551	825
Letras do Tesouro Nacional	6.978	12.073
Notas do Tesouro Nacional - Série B	502	1.492
Operações Compromissadas LTN-O	<u>1.693</u>	<u>10.425</u>
	<u>17.724</u>	<u>24.815</u>
Créditos Privados e Depósitos		
Instituições Financeiras		
Letras Financeiras Subordinada		
Banco do Brasil	3.873	-
Banco Itaú S/A	774	689
Banco Votorantim	646	-
Companhias Abertas		
Andrade Gutierrez Participações S.A.	152	152
BNDESPAR Participações S.A.	311	308
CEMIG Distribuição S/A	279	261
Companhia de Saneamento do Paraná	325	325
Estácio Participações	174	-
Elektro Eletricidade e Serviços S/A	135	135
Sonae Sierra Brasil	<u>396</u>	<u>386</u>
	<u>7.065</u>	<u>2.256</u>

	2014	2013
Cotas Fundos de Investimentos		
Claritas Inst. FIM	-	306
FIDC Multisetorial Silverado Maximum	612	-
GAP Inst. FIM	-	925
Lacan Equilibrio FIM	-	498
Local Institucional	-	304
Plural Inst. 15 FIC	2.241	303
Quest Yield FIC FIRF	507	-
SulAmerica Excellence	7.658	3.088
SulAmerica High Yield CP	1.056	-
Sul America Ind FIRF	2.018	-
SulAmérica Inflatie FIRFL	<u>996</u>	<u>3.509</u>
	<u>15.088</u>	<u>8.933</u>
Ações		
Sem Classificação		
CELPE PNA	<u>350</u>	<u>-</u>
Outros (Tesouraria / Contas a Pagar e Receber)	<u>29</u>	<u>14</u>
	<u>40.256</u>	<u>36.018</u>

	2014	2013
Gravatá Celpos CD FIM		
Títulos para Negociação		
Títulos Públicos Federais		
Letras Financeiras do Tesouro	10.453	825
Letras do Tesouro Nacional	7.167	12.158
Notas do Tesouro Nacional - Série B	502	1.497
Operações Compromissadas LTN-O	<u>1.369</u>	<u>11.815</u>
	<u>19.491</u>	<u>26.295</u>
Créditos Privados e Depósitos		
Instituições Financeiras		
Letras Financeiras Subordinada		
Banco do Brasil	3.876	-
Banco Itaú S/A	774	689
Banco Votorantim	646	-
Companhias Abertas		
Andrade Gutierrez Participações S.A.	152	152
BNDESPAR Participações S.A.	311	308
CEMIG Distribuição S/A	280	262
Companhia de Saneamento do Paraná	336	336
Estácio Participações	185	-
Elektro Eletricidade e Serviços S/A	145	145
Sonae Sierra Brasil	<u>396</u>	<u>386</u>
	<u>7.101</u>	<u>2.278</u>

Cotas Fundos de Investimentos		
Claritas Inst. FIM	-	305
FIDC Multisetorial Silverado Maximum	649	-
GAP Inst. FIM	-	512
Lacan Equilibrio FIM	-	498
Local Institucional	-	303
Plural Inst. 15 FIC	2.283	303
Quest Yield FIC FIRF	507	-
SulAmerica Excellence	7.726	3.055
SulAmerica High Yield CP	1.056	-
Sul America Ind FIRF	2.074	-
SulAmérica Inflatie FIRFL	<u>1.143</u>	<u>3.509</u>
	<u>15.438</u>	<u>8.485</u>
Outros (Tesouraria / Contas a Pagar e Receber)	<u>(18)</u>	<u>14</u>
	<u>42.012</u>	<u>37.072</u>

	2014	2013
Amaraji Celpos Multimercado Previdenciário		
Títulos para Negociação		
Títulos Públicos Federais		
Letras Financeiras do Tesouro	37.074	33.605
Notas do Tesouro Nacional - Série B	140	6.070
Operações Compromissadas NTN-O	<u>17.982</u>	<u>17.949</u>
	<u>55.196</u>	<u>57.624</u>

Créditos Privados e Depósitos		
Instituições Financeiras		
Bradesco S.A.	6.054	5.450
Letras Financeiras Subordinadas		
Banco Itaú S.A.	785	698
Companhias Abertas		
BNDES Participações S.A.	1.150	1.141
Brasil Pharma S/A	-	698
Brasil Telecom S/A	1.082	1.109
CEMIG Distribuição S/A	2.976	2.781
CEMIG Geração e Transmissão S/A	1.198	1.128
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo	1.195	1.141
Companhia Energética do Ceará - COELCE	1.212	1.144
Transmissora Aliança de Energia Elétrica	1.291	1.214
Vale S/A	<u>673</u>	<u>552</u>
	<u>17.616</u>	<u>17.056</u>
Cotas Fundos de Investimentos		
Votorantim Equity Allocation	-	963
Outros (Tesouraria / Contas a Pagar e Receber)	<u>(12)</u>	<u>19</u>
	<u>72.800</u>	<u>75.662</u>

	2014	2013
Fator Celpos Calhetas FIA / Recife Celpos FIC FIA		
Cotas Fundos de Investimentos		
ARX FIA	2.831	6.745
BBM Valuation II FIA	4.548	-
BTG Pactual Absoluto Institucional FIA	8.138	4.604
BTG Pactual Dividendo FIA	1.811	3.573
HSBC FIA Ibovespa	4.944	1.870
Ibiuna Equities FIA	5.506	3.030
JGP Explorer Institucional FIA	6.086	4.666
JGP Institucional FIA	6.717	6.170
Osprey FIC FIA	3.409	-
Pollux Ações Institucional I	2.657	6.092
Quest Ações FIA	4.471	4.597
Squadra Institucional FIA	<u>4.240</u>	<u>4.657</u>
	<u>55.358</u>	<u>46.004</u>
	<u>399</u>	<u>1</u>
Outros (Tesouraria / Contas a Pagar e Receber)	<u>55.757</u>	<u>46.005</u>

	2014	2013
Mellon Capibaribe FIA		
Títulos para negociação		
Títulos Públicos Federais		
Letras Financeiras do Tesouro	-	118
Operações Compromissadas NTN-F-O	<u>-</u>	<u>945</u>
	<u>-</u>	<u>1.063</u>

	2014	2013
Ações		
Nível 1	-	8.266
Nível 2	-	277
Novo mercado	-	4.427
Sem classificação	-	4.035
	<u>-</u>	<u>17.005</u>
Outros (tesouraria/contas a pagar e receber)	-	(143)
	<u>-</u>	<u>17.925</u>

Investimentos imobiliários

A composição dos investimentos imobiliários está demonstrada abaixo:

	2014	2013
Investimentos imobiliários		
Aluguéis e rendas		
Terrenos	2.587	2.587
Edificações	5.158	5.158
(-) Depreciação	(1.165)	(958)
Aluguéis a receber	5	129
Reavaliação	7.343	7.343
Imobilizações em andamento	21	21
Rendas de participações	<u>25.396</u>	<u>22.376</u>
	<u>39.345</u>	<u>36.656</u>
Outros investimentos imobiliários	<u>28</u>	<u>31</u>
	<u>39.373</u>	<u>36.687</u>

Os imóveis pertencem à carteira do Plano BD, sendo compostos por uso próprio, locados a patrocinadores, locados a terceiros, participações em shopping e outros investimentos imobiliários. A precificação está baseada na reavaliação efetuada no exercício de 2013, suportada por laudos técnicos.

A provisão para perda com alienação de imóveis, constituída em virtude de atraso dos pagamentos, corresponde ao saldo de R\$ 16 em 2014 (R\$ 32 em 2013), a provisão foi constituída com base na rubrica - Direito em alienações de investimentos imobiliários.

Em abril de 2014, a participação do Shopping Tacaruna foi reavaliada pela Consult Engenharia e Avaliações Ltda., gerando um impacto negativo no montante de R\$ 1.131. O patrimônio da Participação do Shopping Tacaruna passou de R\$ 15.924 para R\$ 14.793. Ainda em abril, houve a inauguração da segunda expansão do Shopping Center Tacaruna e no mês de agosto de 2014 ocorreu a transferência dos aportes financeiros (valores a integralizar) para a conta contábil de custos no montante de R\$ 6.844.

Em dezembro de 2014 o empreendimento Shopping Center Guararapes foi reavaliado pela Consult Engenharia de Avaliações Ltda, o patrimônio da participação do shopping Guararapes passou de R\$ 725 para R\$ 3.863.

Empréstimos a Participantes

O resumo das operações com participantes está abaixo demonstrado:

	2014	2013
Empréstimos a participantes		
Plano BD	13.349	13.519
Plano Celpos CD	<u>2.936</u>	<u>3.736</u>
	<u>16.285</u>	<u>17.255</u>

Os empréstimos a participantes são remunerados *pro rata temporis* pela rentabilidade da caderneta de poupança estabelecida para o último dia do mês, acrescida de juros de 1% a. m.

Perfil de Investimento

O Plano CD é distribuído em cinco perfis de investimento com a seguinte composição das reservas em 31 de dezembro de 2014:

Perfil	Qtde de participantes	Volume de recursos	Rentabilidade (%)
Super conservador	670	31.975	11,48
Conservador	112	16.629	9,15
Moderado	212	19.441	6,81
Agressivo	154	16.461	4,94
Super agressivo	191	19.467	4,24
	1.339	143.732	7,43

7 Permanente (gestão administrativa)

	2014	2013
Custo	470	405
(-) Depreciação	<u>(245)</u>	<u>(226)</u>
	224	179

8 Gestão assistencial

	2014	2013
Disponível	91	91
Realizável	<u>188</u>	<u>179</u>
	279	270

Nos registros contábeis, a Gestão Assistencial se mantém apenas em função das ações judiciais e de cobranças do SUS (Sistema Único de Saúde) referente a atendimentos pelo referido sistema, dos participantes do CELPOS SAÚDE, ambos ainda, em trâmite.

9 Exigível operacional

Os compromissos do exigível operacional em 31 de dezembro de 2014 e 2013 são assim demonstrados:

Gestão Previdencial

	2014	2013
Benefícios a pagar	200	193
Retenções a recolher	786	670
Recursos antecipados	3	1
Créditos identificados	6	-
Valores a pagar transferidos	119	17
Cobertura das despesas administrativas	<u>320</u>	<u>313</u>
	<u>1.434</u>	<u>1.194</u>

Gestão Administrativa

	2014	2013
Contas a pagar		
Pessoal	135	157
Material	9	7
Serviço de terceiros	105	100
Tributos	81	25
Retenções a recolher	-	30
Valores a pagar transferidos	401	400
Repasses	<u>55</u>	<u>8</u>
	<u>786</u>	<u>727</u>

Investimentos

	2014	2013
Investimentos imobiliários	11	6
Empréstimos e financiamentos	8	10
Outras exigibilidades	<u>156</u>	<u>207</u>
	<u>175</u>	<u>223</u>

10 Exigível contingencial

A Entidade realizou registro das contingências consubstanciadas em relatórios emitidos pelas consultorias jurídicas. Estes valores correspondem às ações cíveis, trabalhistas e federais, baseada na opinião de seus consultores jurídicos quanto às expectativas de perda. A Entidade mantém provisão em 31 de dezembro de 2014 no Plano BD de R\$ 2.860 (R\$ 2.418 em 2013) segregado da seguinte forma:

Gestão Previdencial – Plano BD

	2014	2013
Abonos (a)	1.809	1.458
Expurgos (b)	522	462
Revisão de benefício (c)	513	483
Dano moral	14	13
Plano 01 (d)	<u>2</u>	<u>2</u>
	<u>2.860</u>	<u>2.418</u>

- (a) Processos de abonos: referem-se aos requerimentos dos autores (aposentados) sobre o pagamento de parcelas de abonos/abonos de emergência pagos pela Patrocinadora CELPE aos funcionários da ativa, por acordo coletivo, de modo a garantir a paridade no reajuste das suplementações.
- (b) Processos de expurgos: ação cujo objeto é obter as perdas decorrentes dos planos econômicos e/ou pacotes econômicos lançados pelo Governo, em sua grande parte, a ação é ajuizada por ex- participantes, que à época dos planos econômicos eram participantes e que posteriormente resgataram suas respectivas reservas de poupança.
- (c) Revisão de benefícios: ações dos participantes que reclamam o cálculo do benefício e pedem, judicialmente, revisão do mesmo.
- (d) Plano 01: demanda judicial interposta por participantes da CELPOS que ingressaram no momento da fundação da Entidade, sendo vigente à época o Regulamento 01 do Plano de Benefícios Definidos, mas que no momento da aposentadoria tiveram seus benefícios calculados com base no Regulamento vigente no período da implementação de todas as condições para aposentadoria.

11 Patrimônio de cobertura do plano

Para fins de atendimento da Resolução CGPC Nº 18 de 28 de março de 2006, a análise das hipóteses atuariais que foram adotadas na avaliação dos Planos de Benefícios Definidos e do Plano Misto I de Benefícios da CELPOS no encerramento do exercício de 2014, foi apresentada através do relatório atuarial JM/2510/2014 datado de 15 de setembro de 2014, e aprovada pelo Conselho Deliberativo em 19 de setembro de 2014. A seguir demonstramos as hipóteses comparativas 2014 e 2013:

Plano BD

	2014	2013
Taxa real anual de juros	5,17%	5,33%
Projeção de crescimento real de salário	Entre 1% e 2%	Entre 1% e 2%
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo - dos benefícios da Entidade	97,5%	97,5%
Hipóteses sobre rotatividade (ao longo dos próximos 12 meses)	Nula	Nula
Tábua de mortalidade geral	qx da AT-2000	qx da AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	$q_x^i = q_x$ da AT-83	$q_x^i = q_x$ da AT-83
Tábua de entrada em invalidez	Light-fraca	Light-fraca
Hipóteses sobre composição de família de pensionistas	Família efetiva	Família efetiva

	2014	2013
Taxa real anual de juros	Não aplicável	Não aplicável
Projeção de crescimento real de salário	Não aplicável	Não aplicável
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo - dos benefícios da Entidade	Não aplicável	Não aplicável
Hipóteses sobre rotatividade (ao longo dos próximos 12 meses)	Nula	Nula
Tábua de mortalidade geral	qx da AT-49	qx da AT-49
Tábua de mortalidade de inválidos	Não aplicável	Não aplicável
Tábua de entrada em invalidez	Light-média	Light-média
Hipóteses sobre composição de família de pensionistas	Não aplicável	Não aplicável

Em 31 de dezembro, as provisões matemáticas dos planos e o déficit técnico acumulado do Plano BD estão demonstrados como segue:

Consolidado

	2014	2013
Benefícios concedidos		
Contribuição definida	13.234	11.188
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	<u>614.015</u>	<u>597.877</u>
	<u>627.248</u>	<u>609.065</u>
Benefícios a conceder		
Contribuição definida	90.352	84.405
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	81.822	91.548
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	<u>1.977</u>	<u>2.484</u>
	<u>174.151</u>	<u>178.437</u>
Equilíbrio técnico	<u>(17.867)</u>	<u>(34.114)</u>
	<u>783.532</u>	<u>753.388</u>

	2014	2013
Benefícios concedidos		
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	<u>614.015</u>	<u>597.877</u>
	<u>614.015</u>	<u>597.877</u>
Benefícios a conceder		
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	81.822	91.548
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	<u>1.977</u>	<u>2.484</u>
	83.799	94.032
Equilíbrio técnico	<u>(17.867)</u>	<u>(34.114)</u>
Patrimônio de cobertura do plano	<u>679.947</u>	<u>657.795</u>

A situação atuarial do Plano de Benefícios Definidos (BD) vigente na CELPOS, já considerando o ajuste no plano de custeio realizado ao longo do ano de 2014, que, na posição de 31 de dezembro de 2013, permitiu reverter um déficit técnico acumulado de R\$ 34.114, num superávit técnico de R\$ 6.126 bem como já considerando a atualização das hipóteses atuariais de taxa real de juros, crescimento real de salário e composição média da família de dependentes realizada na avaliação atuarial do exercício de 2014, a mesma, antes da aplicação do disposto na Resolução CNPC nº 15/2014 e na Resolução CNPC nº 16/2014 (incluindo o disposto na Portaria PREVIC 615/2014), apresentou um déficit técnico contábil, em 31 de dezembro de 2014, de R\$ 17.867. No entanto, como a CELPOS optou por aplicar as referidas normas do CNPC/PREVIC, já no exercício de 2014, a efetiva situação passa a ser atuarialmente superavitária em R\$ 18.010.

Durante o exercício de 2014, a rentabilidade nominal líquida do Plano BD obtida foi de 11,58% (9,77% em 2013) contra uma expectativa atuarial de rentabilidade de 12,06% o que, em termos reais, representou obter mais 4,88%, não alcançando assim a meta atuarial de rentabilidade real líquida de 5,33% ao ano, tomando como indexador base o INPC do IBGE, com um mês de defasagem na sua aplicação.

Equacionamento do déficit

Destacamos que, em conformidade com o plano de equacionamento do déficit técnico registrado no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentado no parecer atuarial do demonstrativo atuarial - DA do exercício de 2013, em vigência no Plano BD - benefícios definidos, a totalidade do déficit técnico de R\$ 34.114 existente em 31 de dezembro de 2013, deixou de existir, se revertendo, nessa mesma data, num superávit técnico de R\$ 6.126.

Em 31 de dezembro de 2014, o plano registrou um déficit técnico ainda não equacionado, representado pela diferença entre o valor atual dos benefícios futuros e o valor atual das contribuições futuras, devidamente deduzida do valor do patrimônio de cobertura do plano, de R\$ 17.867, de natureza transitória, decorrente da não obtenção da meta atuarial de rentabilidade ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e das hipóteses atuariais adotadas de redução da meta atuarial 5,33% para 5,17%, conforme relatada na demonstração atuarial - DA, devendo o déficit técnico ser equacionado em conformidade com a Resolução CGPC/MPS N° 26/2008.

No entanto, levando em consideração a aplicação o ajuste na precificação dos ativos em conformidade com a Resolução CNPC n° 16/2014 (incluindo a Portaria PREVIC n° 615/2014), a situação atuarial desse plano (correspondente ao equilíbrio técnico ajustado desse plano), em 31 de dezembro de 2014, em realidade, é superavitária em R\$ 18.010. Tal situação atuarial superavitária de R\$ 18.010, apurada em 31 de dezembro de 2014, indica não existir, ao final de 2014, qualquer parcela do déficit técnico acumulado de R\$ 17.867 pendente de equacionamento, mantendo-se assim, os ajustes contributivos a serem realizados nas contribuições dos participantes e dos assistidos, bem como nas contribuições do patrocinador do plano de custeio apresentado no demonstrativo atuarial – DA 2013 e reapresentados no DA de 2014.

	2014	2013
Benefícios concedidos		
Contribuição definida	<u>13.233</u>	<u>11.188</u>
	<u>13.233</u>	<u>11.188</u>
Benefícios a conceder		
Contribuição definida	<u>90.352</u>	<u>84.405</u>
	<u>90.352</u>	<u>84.405</u>
Patrimônio de cobertura dos planos	<u>103.585</u>	<u>95.593</u>

Pela natureza do plano ser de Contribuição Definida, não há registro de superávit técnico acumulado ou déficit técnico acumulado.

12 Fundos

O Fundo da Gestão Previdencial é calculado atuarialmente pela empresa Jessé Montello Serviço Técnico em Atuária e Economia Ltda. O montante desse fundo em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 6.726 (R\$ 6.037 em 2013).

Esse fundo é composto do fundo patronal não comprometido somado à rubrica fundo coletivo de benefício de risco no valor de R\$ 112 e R\$ 6.614, respectivamente. Estes compõem o item “Outros (fundos)”, previstos na Nota Técnica Atuarial JM/2752/2011, de 27 de setembro de 2011, em decorrência da Instrução MPS/PREVIC nº 05, de 08 de setembro de 2011. Como o fundo patronal não comprometido do Plano Misto I de Benefícios representa recursos que deixaram de estar comprometidos com a cobertura atuarial dos benefícios futuros, conforme Nota Técnica Atuarial JM/2203/2014, de 15 de agosto de 2014, e aprovação do Conselho Deliberativo conforme ata de reunião extraordinária, em 22 de agosto de 2014, e com base no parecer jurídico do advogado Marcos Pimentel de Viveiros concordando com a posição do atuário, foi realizada a

destinação do fundo em forma de compensação das contribuições patronais (contribuição normal, contribuição de risco e contribuição sobre o custeio administrativo) da patrocinadora CELPE no montante de R\$ 890.

O fundo da gestão administrativa (fundo administrativo) é constituído pela diferença entre as receitas, taxa de administração, carregamento previdencial, receitas diretas e as despesas administrativas. O montante desse fundo em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 7.376 (R\$ 6.657 em 2013).

O fundo dos investimentos, denominado reserva de quitação por morte - RQM é constituído para fazer face à quitação dos empréstimos concedidos aos participantes na eventualidade de seu falecimento. O montante desse fundo em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 6.222 (R\$ 5.327 em 2013).

13 Apresentação dos efeitos da consolidação

Conforme Instrução nº 34 - itens 5 e 6 do anexo A, ao final de cada mês, a EFPC deve registrar nas contas “participação no plano de gestão administrativa”, no ativo, e “participação no fundo administrativo do PGA”, no passivo, a parcela equivalente à participação do plano de benefícios previdenciários no fundo administrativo registrado no PGA.

A Instrução 34 também prevê que a gestão assistencial seja classificada em conta separada do ativo e passivo, de forma a possibilitar a identificação e a independência do patrimônio.

14 Informações relativas às alterações nos regulamentos dos planos de benefícios

Os regulamentos dos planos: Benefícios Definidos - BD e Plano Misto I de Benefícios - CELPOS CD foram alterados e aprovados pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC através da Portaria nº 700 de 16 de dezembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 16 de dezembro de 2013 e Portaria 484 de 16 de setembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 17 de setembro de 2013, respectivamente.

O estatuto social da Entidade foi alterado e aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC através da Portaria 586 de 10 de novembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 11 de novembro de 2014.

Os regulamentos dos planos, bem como o estatuto social encontram-se disponíveis no sítio da

15 Eventos subsequentes

Procedimentos contábeis

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC por meio da Instrução MPS/PREVIC/DC nº 15, de 12 de novembro de 2014 - DOU de 13 de novembro de 2014 que estabelece normas específicas para os procedimentos contábeis das Entidades fechadas de previdência complementar (EFPC), procedeu alterações nas Instruções MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e MPS/PREVIC nº 02, de 18 de maio de 2010, as quais produzirão efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

Destinações ao fundo coletivo de benefício de risco

Com o objetivo de ajustar o volume de recursos do fundo coletivo de benefício de risco do Plano Misto I de Benefícios à real necessidade do plano, conforme Notas Técnicas Atuariais JM/2298/2014 e JM/2299/2014, de 26 de agosto de 2014, e com base no parecer jurídico da consultoria Abreu Barbosa Viveiros Advogados concordando com a posição do atuário, aprovado no Conselho Deliberativo da CELPOS, conforme ata da reunião ordinária, realizada em 28 de janeiro de 2015, a CELPOS destinará o excedente ao fundo coletivo de benefício de risco no montante de R\$ 3.442, para deduzir contribuições mensais destinadas ao custeio dos benefícios de risco desse Plano Misto I, até o limite de suspender tais contribuições a fim de deduzir ou eliminar o excedente verificado.

Alterações no regulamento do Plano Misto I

Em observação aos dispositivos legais constantes da Resolução CGPC nº 8, de 19/02/2004 e suas alterações, a Fundação CELPOS comunicou aos participantes e assistidos do Plano Misto I de Benefícios - CELPOS CD, que foram realizadas alterações no regulamento do plano.

Durante o período de 23 de dezembro de 2014 a 27 de janeiro de 2015 esteve disponível no sítio da CELPOS o inteiro teor das alterações do regulamento. Em síntese as alterações propostas visam realizar adequações no instituto do benefício proporcional diferido – BPD, no resgate, a inclusão de nova modalidade de Benefício, bem como, a opção para que os Participantes possam alterar o percentual de contribuição para a faixa de 100% (cem por cento).

Sérgio Fernandes de Magalhães Filho

Presidente

CPF Nº 509.318.577-91

Jeni er de Melo Borges

Contadora - CRC - PE - 025706/0

CPF Nº 065.796.794-76

Marcílio Quintino Correia da Silva

Diretor Administrativo Financeiro

CPF Nº 669.950.434-72

PARECERES

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores da
Fundação Celpe de Seguridade Social - CELPOS
Recife - PE

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas da Fundação Celpe de Seguridade Social - CELPOS, (“CELPOS” e ou “Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, e das obrigações atuariais do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, fiscalizadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os

procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação Celpe de Seguridade Social - CELPOS e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2014, o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Salvador, 27 de fevereiro de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-7

Cristiano Seabra Di Girolamo
Contador CRC BA-017826/O-4

Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da Fundação CELPE de Seguridade Social - CELPOS, no uso das atribuições conferidas pelo Artigo 34, do Estatuto Social da referida Fundação, acompanharam as atividades da CELPOS no decorrer do exercício de 2014, à vista dos Balancetes e demais Demonstrações Financeiras, que lhes foram apresentados. Desta feita, considerando o exame final a que procederam no Balanço Patrimonial, levantado em 31 de dezembro de 2014, bem como nas Demonstrações da Mutação do Ativo Líquido – DMAL (por plano de benefícios), Demonstração do Ativo Líquido – DAL (por plano de benefícios), Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada), Demonstração das Provisões Técnicas – DPT (por plano de benefícios) e Demonstração das Mutações do Patrimônio Social – DMPS (consolidada), findo naquela data, para o que contaram com o parecer do Consultor Atuarial JESSÉ MONTELLO – Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda., datado de 25 de fevereiro de 2015, JM/0414/2015 (Plano de Benefícios Definidos – Plano BD e Plano Misto I de Benefícios – Plano Celpos CD) e da KPMG AUDITORES INDEPENDENTES, datado de 27 de fevereiro de 2015, ambos sem ressalvas, opinam que os referidos documentos traduzem com propriedade a situação patrimonial e financeira da Fundação, naquela data, estando em condições de serem submetidos à apreciação do Conselho Deliberativo.”

Recife, 18 de março de 2015.

Alberto Henrique de Lima Oliveira
Presidente

Edna Maria Pereira Ferreira
Membro Titular

Roberto Paes de Lima
Membro Titular

Parecer do Conselho Deliberativo

Os membros do Conselho Deliberativo da Fundação CELPE de Seguridade Social - CELPOS, presentes à reunião, realizada no dia 18 de março de 2015, em cumprimento ao disposto no Artigo 20, Inciso X do Estatuto Social, após exame das Demonstrações Financeiras, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 e considerando os pareceres do Consultor Atuarial JESSÉ MONTELLO – Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda., datado de 25 de fevereiro de 2015 (Plano de Benefícios Definidos – Plano BD e Plano Misto I de Benefícios – Plano Celpos CD), da KPMG AUDITORES INDEPENDENTES, datado de 27 de fevereiro de 2015 e do Conselho Fiscal, datado de 18 de março de 2015, e ainda levando em consideração as informações suplementares prestadas pela Diretoria na aludida reunião, decidiram pela sua aprovação.

Recife, 18 de março de 2015.

José Carlos Medeiros Leite
Presidente

Alessandro Henrique de Oliveira Cabral
Membro Titular

Gerivaldo Rodrigues da S. Júnior
Membro Titular

Francisco Ramos F. de Andrade
Membro Titular

André Luiz dos Santos
Membro Titular

Humberto Cardim de O. Melo
Membro Titular

Roberto Marin
Membro Suplente

PARECER ATUARIAL - PLANO DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS (BD) DA CELPOS

V.1. - Custos para o exercício seguinte em relação ao anterior:

1) A aplicação da metodologia de cálculo atuarial estabelecida para o Plano de Benefícios Definidos (BD) da CELPOS, utilizando as hipóteses atuariais apresentadas nestas Demonstrações Atuariais (D.A.) e o cadastro de participantes fornecido pela CELPOS, resultou no Custo Total Puro (“Puro” significa sem sobrecarga para cobertura das despesas administrativas) de 28,64% da Folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos (já considerada a existência da contribuição normal de 15,33% dos participantes aposentados destinada a participar do custeio normal dos benefícios, bem como considerando que o custeio das despesas administrativas seja feito, à parte, de forma paritária pelos participantes/assistidos e pelo Patrocinador), conforme a abertura apresentada a seguir:

TIPO DE BENEFÍCIO	CUSTO (%)	
	Ano Anterior	Ano Atual
Aposentadorias *1	22,71%	25,31%
Invalidez	0,51%	0,64%
Pensão por Morte	2,66%	2,49%
Auxílio-Funeral/Mortalidade/Doença por Acidente do Trabalho	0,20%	0,20%
SUB-TOTAL (1)	26,08%	28,64%
Suplementar	-	-
SUB-TOTAL (2)	-	-
TOTAL (1)+(2)	26,08%	28,64%

*1: Inclui a cobertura dos Institutos do Resgate, da Portabilidade e do Benefício Proporcional Diferido.

NOTA: A cobertura das despesas administrativas está sendo feita, de forma paritária, pelos participantes e assistidos (de um lado) e pela Patrocinadora CELPE (de outro lado), através de uma sobrecarga aplicada sobre as contribuições vigentes sem sobrecarga administrativa, em conformidade com o correspondente Plano Anual de Custeio e o correspondente orçamento elaborado pela CELPOS em consonância com o Plano de Gestão Administrativa (PGA).

OBS: Na Avaliação Atuarial de 2014, a idade média dos participantes não assistidos é de 51 anos.

2) A Contribuição Normal destinada a dar cobertura ao Custo Total Puro (“Puro” significa sem sobrecarga para cobertura das despesas administrativas) 28,64% da Folha dos Salários de Participação dos Participantes Não Assistidos descrita a seguir, correspondem às que estão em vigor no encerramento do exercício de 2014 no Plano de Benefícios Definidos (BD) da CELPOS, tanto para os participantes quanto para o Patrocinador, quais sejam:

Contribuições Normais “Puras” (*1)	Em %	
	Ano Anterior	Ano Atual
Contribuição Normal Média dos Ativos (alíquotas variáveis)	13,04%	14,32%
Contribuição Normal da Patrocinadora	13,04%	14,32%
Sub-Total	26,08%	28,64%
Contribuição Suplementar	-	-
Total Contribuições (Patrocinadoras + Participantes Ativos)	26,08%	28,64%
Contribuições Normais dos Assistidos		
Aposentados Assistidos	13,37%	15,33%
Pensionistas Assistidos	-	-

(*1) “Puras” significa sem sobrecarga para cobertura das despesas administrativas.

NOTA: A cobertura das despesas administrativas está sendo feita, de forma paritária, pelos participantes e assistidos (de um lado) e pela Patrocinadora CELPE (de outro lado), através de uma sobrecarga aplicada sobre as contribuições vigentes sem sobrecarga administrativa, em conformidade com o correspondente Plano Anual de Custeio e o correspondente orçamento elaborado pela CELPOS em consonância com o Plano de Custeio Administrativo.

3) A Contribuição Normal Vigente, apresentada no numeral 2 anterior, de 28,64% da folha do Salário Real de Contribuição corresponde exatamente ao Custo Normal atuarialmente verificado ao final de 2014, de 28,64% da folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assisti-

dos. Tal fato significa que a Contribuição Normal que vem sendo praticada guarda conformidade com o Custo Normal reavaliado no encerramento do exercício de 2014.

4) Além das receitas contributivas realizadas pelos Participantes, Assistidos e Patrocinadora, destinadas à cobertura do custeio administrativo, existe a seguinte outra fonte para tal custeio, em conformidade com o Programa de Gestão Administrativa (PGA).

- Em caso de necessidade, recursos acumulados existentes no Fundo Administrativo.

V.2.- Variação das Provisões Matemáticas no exercício encerrado em relação ao exercício anterior:

1) As variações do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano do final do ano de 2012 para o final do ano 2013, considerando a evolução das suas principais grandezas, é a seguinte:

Referência	31/12/2013	31/12/2014	Variação
Provisão de Benefícios Concedidos	597.876.923,53	614.014.593,42	2,70%
Provisão de Benefícios a Conceder	94.031.756,46	83.799.177,93	(10,88)%
Provisão Matemática a Constituir	-	-	0,00%
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	691.908.679,99	697.813.771,35	0,85%

V.3. - Principais riscos atuariais e, se for o caso, medidas para sua mitigação:

1) Com relação à situação atuarial do Plano de Benefícios Definidos (BD) vigente na CELPOS, já considerando o ajuste no Plano de Custeio realizado ao longo do ano de 2014, que, na posição de 31/12/2013, permitiu reverter um Déficit Técnico Acumulado de R\$ (34.113.673,79), num Superávit Técnico de R\$ 6.126.183,62, bem como já considerando a atualização das hipóteses atuariais de Taxa Real de Juros, Crescimento Real de Salário e Composição Média da Família de Dependentes realizada na avaliação atuarial do exercício de 2014, a mesma, antes da aplicação do disposto na Resolução CNPC nº 15/2014 e na Resolução CNPC nº 16/2014 (incluindo o disposto na Portaria PREVIC 615/2014), apresentou um Déficit Técnico Contábil, em 31/12/2014, de R\$(17.866.874,24). No entanto, como a CELPOS optou por aplicar as referidas normas do CNPC/ PREVIC, já no exercício de 2014, a efetiva situação passa a ser atuarialmente superavitária em R\$ 18.010.240,43.

2) Na posição de abertura do exercício de 2014, conforme já destacado, a adoção das novas taxas de contribuição dos participantes não assistidos e assistidos e da contrapartida paritária do Patrocinador, realizada ao longo de 2014, reverteu, conforme já destacado, uma situação deficitária de R\$ (34.113.673,79) numa situação superavitária de R\$ 6.126.183,62. Já na posição de encerramento do exercício de 2014, a adoção da Taxa Real de Juros/Desconto de 5,17% ao ano no lugar da Taxa Real de Juros/Desconto de 5,33% ao ano, bem como a atualização da Composição Média de Família e da Função de Crescimento Salarial, representaram um aumento nas Provisões Matemáticas de R\$ 8.786.613,64.

3) Foram adotadas as seguintes hipóteses atuariais:

i) Tábua de Mortalidade Geral: q_x da AT-2000 (masculina), a mesma utilizada no “D.A.” de 31/12/2013.

ii) Tábua de Mortalidade de Inválidos: $q_x^i = q_x$ da AT-83 ((masculina), a mesma utilizada no “D.A.” de 31/12/2013.

iii) Tábua de Entrada em Invalidez: LIGHT (FRACA), a mesma utilizada no “D.A.” de 31/12/2013.

iv) Rotatividade: Considerada Nula.

v) Taxa real de juros/desconto: Adotado 5,17% ao ano, ao invés dos 5,33% ao ano adotado no “D.A.” de 31/12/2013.

vi) Projeção de Crescimento Real de Salários: Entre 1% e 2% ao ano, atualizado em 2014.

vii) Fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo: 100% face a se estar trabalhando com o Salário Real de Benefício, que corresponde à média, devidamente atualizada, dos últimos Salários Reais de Contribuição.

viii) Em relação à composição familiar, foi adotada a família efetiva para os assistidos em gozo de benefício de aposentadoria e de pensão por morte e foi adotada a Experiência Regional de Composição de Família correlacionada com a família efetiva dos referidos assistidos para os participantes não assistidos, atualizada em 2014.

ix) Fator de determinação do valor real dos benefícios da entidade ao longo do tempo: 97,5% (compatível com uma inflação anual média de 4,50% ao longo dos anos remanescentes de existência desse Plano).

4) Conforme referido no item nº 1, a CELPOS optou por aplicar a Resolução CNPC nº 15/2014 e a Resolução CNPC nº 16/2014 (incluindo o disposto na Portaria PREVIC 615/2014) já no exercício de 2014, fato que teve um impacto na Situação Atuarial (no Equilíbrio Técnico) do Plano de R\$ 35.877.114,67 e, neste contexto, o Déficit Técnico Contábil de R\$ (17.866.874,24) encontra plena cobertura atuarial, conforme demonstra a existência de um Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$ 18.010.240,43 (igual a R\$(17.866.874,24) + R\$ 35.877.114,67).

5) A avaliação atuarial do exercício de 2014, que apurou o Déficit Técnico Contábil de R\$ (17.866.874,24), tomou por base os seguintes Percentuais de aumento das Contribuições Normais “Puras” (“Puras” significa sem sobrecarga para custeio das despesas administrativas) Paritárias, estabelecidas no Regulamento do Plano de Benefícios Definidos (BD) da CELPOS, apresentada na Tabela do item “V.6.” do Parecer Atuarial (item V) do “D.A.” de 31/12/2013 (Anexo 1 ao JM/0393/2014 de 10/02/2014), ou sejam:

Período	Percentuais de aumento, a ser estabelecido no Plano de Custeio de 2014, para as Contribuições Normais Paritárias (*1)
Janeiro 2014 a Março 2014	+86,83%
Abril 2014 a Março 2015	+112,32%
Abril 2015 a Março 2016	+148,95%
Abril 2016 a Março 2017	+191,91%
Abril 2017 a Março 2018	+242,27%
Abril 2018 a Março 2019	+301,34%
Abril 2019 em diante	+415,04%

(*1) Aplicável sobre os Percentuais Contributivos Normais “Puros” (ou seja, sem sobrecarga para custeio das despesas administrativas) Paritários, estabelecidos no Regulamento do Plano de Benefícios Definidos (BD) da CELPOS.

OBS.: Como, o que será destinado à cobertura das despesas administrativas não sofre os aumentos apresentados no quadro anterior, o cálculo do percentual correspondente à sobrecarga administrativa, “P%”, será feito aplicando-se a seguinte formulação:

$$P\% = \frac{\left[\left(\frac{1}{0,85} - 1\right) + \left(1 + \frac{\% \text{ de aumento}}{100}\right)\right]}{1 + \left[\left(\frac{1}{0,85} - 1\right) + \left(1 + \frac{\% \text{ de aumento}}{100}\right)\right]} \cdot 100\%$$

NOTA: A Tabela de Contribuição Normal “Pura” Referencial, ou seja, a Tabela sobre a qual se aplica o Percentual de aumento para se estabelecer as Contribuições Normais do Período (e que se encontra no Regulamento do Plano de Benefícios Definidos (BD) da CELPOS) é a seguinte (tanto para os Participantes/Assistidos, quanto para a Patrocinadora):

Idade na data da última inscrição no PLANO BD (*2)	Percentual de Contribuição “Pura” incidente sobre as parcelas do Salário Real de Contribuição (*1)			
	Parcela 1 (*3)	Parcela 2 (*4)	Parcela 3 (*5)	Parcela 4 (*6)
até 19 anos	1,81%	3,62%	8,16%	12,00%
de 20 a 24 anos	1,96%	3,77%	8,62%	13,20%
de 25 a 29 anos	2,09%	3,90%	9,07%	14,40%
de 30 a 34 anos	2,22%	4,03%	9,53%	15,60%
de 35 a 39 anos	2,35%	4,18%	9,97%	16,80%
de 40 a 44 anos	2,54%	4,36%	10,43%	18,00%
de 45 anos em diante	2,72%	4,54%	10,88%	19,20%

- (*1) Para os Assistidos, o Salário Real de Contribuição é o valor do Benefício de Aposentadoria e de Pensão por Morte.
- (*2) Para o Participante Fundador é a idade na data da última admissão como empregado do Patrocinador.
- (*3) É a Parcela do Salário Real de Contribuição não excedente a 50% do Maior Valor Teto de Cálculo do Benefício Complementar.
- (*4) É a Parcela do Salário Real de Contribuição entre 50% e 100% do Menor Valor Teto de Cálculo do

Benefício Complementar.

(*5) É a Parcela do Salário Real de Contribuição entre 100% e 300% do Menor Valor Teto de Cálculo do Benefício Complementar.

(*6) É a Parcela do Salário Real de Contribuição entre 300% do Menor Valor Teto de Cálculo do Benefício Complementar e 100% do Maior Valor Teto de Cálculo do Benefício Complementar.

OBS.: Os Percentuais de Contribuição Normal “Pura” Referencial, constantes do quadro anterior, em relação aos que não recebem Gratificações Especiais, devem ser multiplicados por 1,125.

6) Considerando que, conforme destacado nos numerais 1 e 2 deste item V.3., com a adoção dos aumentos contributivos, já incluídos no Plano de Custeio de 2014 para as Contribuições Normais “Puras” Paritárias apresentados no numeral 4 anterior, o Déficit Técnico Acumulado, existente no encerramento do exercício de 2013, de R\$ (34.113.673,79) se reverteu, tomando por base a data de 31/12/2013, num Superávit Técnico Acumulado de R\$ 6.126.183,62, em realidade, deixando de existir, ao final de 2013, Déficit Técnico Acumulado.

7) A rentabilidade nominal líquida, obtida pela CELPOS na aplicação do Patrimônio de Cobertura deste Plano de Benefícios Definidos (BD), ao longo de 2014, foi de 11,58% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 12,06% o que, em termos reais, representou obter mais 4,88%, não alcançando assim a meta atuarial de rentabilidade real líquida de 5,33% ao ano, tomando como indexador base, com 1 (um) mês de defasagem na sua aplicação, o INPC do IBGE, e adotando o método da taxa interna de retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas, na obtenção dos referidos percentuais de rentabilidade, fato que representou uma perda correspondente a R\$ 3.046.550,71.

8) Este Plano de Benefícios Definidos (BD) da CELPOS possui em carteira papéis que levará até o vencimento com taxas atualizadas à inflação mais juros reais, cujo registro contábil, nos termos do artigo 3º da Resolução CGPC Nº 04/2002 está sendo feito pelos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos conforme taxa pactuada. A capacidade financeira relativa à adoção desse Procedimento de registro de títulos classificados “até o vencimento” pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos se baseia no fato de que o perfil, traçado pela área de investimentos, leva em consideração os fluxos de receitas e de despesas projetados, atuarial e financeiramente para os anos que irão decorrer até o vencimento desses títulos.

9) Se registrava, em 31/12/2014, um saldo devedor de R\$ 131.383.985,93 do patrocinador para com esse Plano de Benefícios Definidos, a ser amortizado em 108 meses a contar de janeiro de 2015 pelo Sistema SAC com juros reais não inferiores a 6% ao ano e atualização monetária mensal pelo INPC do IBGE aplicado com 1 (um) mês de defasagem.

10) Os principais Riscos Atuariais do Plano BD da CELPOS estão associados ao aumento de sobrevivência e à redução das taxas de retorno dos investimentos. Para mitigar esses riscos, no que se refere à sobrevivência, ano após ano, vem sendo feitos testes de aderência de tábuas de mortalidade/sobrevivência e implantados, sempre que necessários, os correspondentes ajustes na hipótese de sobrevivência adotada e, no que se refere à taxa de retorno dos investimentos, os consultores financeiros da CELPOS, levando em consideração os títulos existentes em carteira associados à cobertura dos benefícios previdenciários e às respectivas durações de seus pagamentos e as taxas de retornos esperadas para as novas aplicações e reaplicações a serem feitas nos anos futuros, tem de manter o acompanhamento da hipótese relativa ao retorno dos investimentos.

V.4. - Qualidade da Base Cadastral Utilizada:

Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, bem como Déficit Técnico Acumulado, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais relacionadas no numeral 3 do item V.3. desta D.A., o regime atuarial de financiamento de Capitalização na versão Agregado para o conjunto dos benefícios de aposentadoria, de pensão por morte e de auxílio-doença, bem como utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela CELPOS, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2014, refletida nesta D.A..

V.5.- Variação do Resultado Deficitário no exercício encerrado, apontando as causas mais prováveis:

Déficit Técnico Acumulado em 31/12/2013 (Contábil) atualizado para 31/12/2014 pela meta atuarial de rentabilidade (*1)	(R\$ 38.227.782,85)
Reversão em 01/01/2014 do Déficit Técnico de 31/12/2013 atualizado para 31/12/2014 pela meta atuarial de rentabilidade	R\$ 38.227.782,85
Repercussão de ter sido obtido ao longo de 2014 uma rentabilidade líquida inferior a meta atuarial de rentabilidade (*2)	(R\$ 3.046.550,71)
Repercussão da informação de 27 Benefícios de Participantes Assistidos, que no D.A. de 31/12/2013 não foram informados por terem sido caracterizados como Benefícios Congelados	(R\$ 4.058.386,16)
Impacto referente à atualização da composição média de pensionistas ($H_x^{(12)}$) para os Benefícios a Conceder (*3)	R\$ 2.232.109,25
Impacto referente à atualização da Função de Crescimento Salarial (*3)	(R\$ 88.309,35)
Impacto da redução da Taxa real de Juros/Desconto para 5,17% ao ano (*3)	(R\$ 10.930.413,54)
Outros Resultados de Origens Diversas e Pulverizadas (*4)	(R\$ 1.975.323,73)
Déficit Técnico Acumulado em 31/12/2014 (Contábil)	(R\$ 17.866.874,24)

(*1) $R\$ (34.113.673,79) \times 1,1206 = R\$ (38.227.782,85)$.

(*2) $R\$ 679.946.897,11 - R\$ 682.993.447,82 = R\$ (3.046.550,71)$.

(*3) Soma dos Impactos de alterações / ajustes nas hipóteses atuariais: $R\$ 2.232.109,25 + R\$ (88.309,35) + R\$ (10.930.413,54) = R\$ (8.786.613,64)$, ou seja, um aumento nas Provisões Matemáticas, em 31/12/2014, de $R\$ 8.786.613,14$.

(*4) $R\$ (17.866.874,24) - [R\$ (38.227.782,85) + R\$ 38.227.782,85 + R\$ (3.046.550,71) + R\$ (4.058.386,16) + R\$ 2.232.109,25 + R\$ (88.309,35) + R\$ (10.930.413,54)] = R\$ (1.975.323,73)$, equivalente a 0,28% do total das Provisões Matemáticas de $R\$ 697.813.771,35$ (posição de 31/12/2014).

SITUAÇÃO ATUARIAL DO PLANO BD DA CELPOS, EM 31/12/2014, CONSIDERANDO O REFLEXO DO AJUSTE NA PRECIFICAÇÃO DOS ATIVOS EM CONFORMIDADE COM A RESOLUÇÃO CNPC 16/2014 (INCLUINDO A PORTARIA PREVIC 615/2014):

Déficit Técnico Acumulado em 31/12/2014 (Contábil)	(R\$ 17.866.874,24)
Reflexo do Ajuste na Precificação dos Ativos feito em conformidade com a Resolução CNPC 16/2014 (incluindo a Portaria PREVIC 615/2014) na Situação Atuarial do Plano	R\$ 35.877.114,67
Equilíbrio Técnico Acumulado, em 31/12/2014, após a aplicação do Ajuste na Precificação dos Ativos feito em conformidade com a Resolução CNPC 16/2014 (incluindo a Portaria PREVIC nº 615/2014 e a Portaria PREVIC nº 91/2015) na Situação Atuarial do Plano.	R\$ 18.010.240,43

V.6. - Natureza conjuntural ou estrutural do Resultado Acumulado:

O Resultado Contábil Deficitário do Plano de Benefício Definido vigente na CELPOS, em 31/12/2014, de R\$ (17.866.874,24) é de natureza transitória, já que, levando em consideração que, aplicando o ajuste na Precificação dos Ativos em conformidade com a Resolução CNPC nº 16/2014 (incluindo a Portaria PREVIC nº 615/2014) a Situação Atuarial desse Plano (correspondente ao Equilíbrio Técnico Ajustado desse Plano), em 31/12/2014, em realidade, é superavitária em R\$ 18.010.240,43. Tal Situação Atuarial Superavitária de R\$ 18.010.240,43, apurada em 31/12/2014, indica não existir, ao final de 2014, qualquer parcela do Déficit Técnico Acumulado de R\$ (17.866.874,24) pendente de equacionamento, mantendo-se assim, como proposta de nossa Consultoria Atuarial, o Plano de Custeio apresentado na Tabela do item “V.6.” do Parecer Atuarial (item V) das Demonstrações Atuariais “DA” de 31/12/2013 (Anexo 1 ao JM/0393/2014 de 10/02/2014), ou sejam:

Período	Percentuais de aumento, a ser estabelecido no Plano de Custeio de 2014, para as Contribuições Normais Paritárias (*1)
Janeiro 2014 a Março 2014	+86,83% (*2)
Abril 2014 a Março 2015	+112,32% (*3)
Abril 2015 a Março 2016	+148,95% (*3)
Abril 2016 a Março 2017	+191,91% (*3)
Abril 2017 a Março 2018	+242,27% (*3)
Abril 2018 a Março 2019	+301,34% (*3)
Abril 2019 em diante	+415,04% (*3)

(*1) Aplicável sobre os Percentuais Contributivos Normais “Puros” (ou seja, sem sobrecarga para custeio das despesas administrativas) Paritários, estabelecidos no Anexo 2 do Regulamento do Plano de Benefícios Definidos (BD) da CELPOS.

(*2) Percentual de Aumento já vigente em 31/12/2014.

(*3) Percentual de Aumento a vigorar, após sua aprovação pelo Conselho Deliberativo da CELPOS, a partir de abril de 2015.

OBS.: Como, o que será destinado à cobertura das despesas administrativas não sofre os aumentos apresentados no quadro anterior, o cálculo do percentual correspondente à sobrecarga administrativa, “P%”, será feito aplicando-se a seguinte formulação:

$$P\% = \frac{\left[\left(\frac{1}{0,85} - 1 \right) \div \left(1 + \frac{\% \text{ de aumento}}{100} \right) \right]}{1 + \left[\left(\frac{1}{0,85} - 1 \right) \div \left(1 + \frac{\% \text{ de aumento}}{100} \right) \right]} \cdot 100\%$$

V.7.- Adequação dos métodos de financiamento aplicados no caso do regime financeiro de capitalização:

Considerando tratar-se de um Plano de Benefício Definido fechado a novas adesões de participantes, o regime financeiro de Capitalização na versão Agregado está sendo adotado no financiamento dos Benefícios de Aposentadoria, de Pensão por Morte e dos Auxílios Reclusão e Doença por Acidente do Trabalho, permanecendo os seguintes Benefícios de Pequeno Porte, Auxílio Natalidade e Auxílio Funeral, sendo avaliados pelo Regime de Repartição Simples.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2015

José Roberto Montello
Atuário MIBA 426

PARECER ATUARIAL - PLANO MISTO I DE BENEFÍCIOS DA CELPOS

V.1. - Custos para o exercício seguinte em relação ao anterior:

1) A aplicação da metodologia de cálculo atuarial estabelecida para o Plano Misto Ide Benefícios da CELPOS, utilizando as hipóteses atuariais apresentadas nestas Demonstrações Atuariais (D.A.) e o cadastro de participantes fornecido pela CELPOS, resultou no custo total de 12,31%, conforme abaixo descrito:

TIPO DE BENEFÍCIO	CUSTO (%)	
	Ano Anterior	Ano Atual
APOSENTADORIAS	9,36%	9,20%
PECÚLIO POR MORTE / INVALIDEZ (*1)	1,28%	1,26%
SUB-TOTAL (1)	10,64%	10,46%
SUPLEMENTAR	-%	-%
CUSTO ADMINISTRATIVO (*1)	1,88%	1,85%
SUB-TOTAL (2)	1,88%	1,85%
TOTAL (1)+(2)	12,52%	12,31%

***1:** Custos calculados considerando que todos os participantes não assistidos estejam contribuindo com os percentuais máximos de 2%/9% a título de Contribuição Normal Básica Mensal (de caráter obrigatório).

NOTA: Na avaliação Atuarial de 2014, a idade média dos participantes ativos é de 37 anos.

2) O custo total reavaliado de 12,31% será custeado, no exercício de 2015, pelas contribuições apresentadas no numeral 4 do item V.3., em conformidade com o Regulamento do Plano Misto I de Benefícios da CELPOS, de responsabilidade dos participantes e do Patrocinador, na forma apresentada a seguir:

Contribuições Normais		Em %	
Referência	Ano Anterior	Ano Atual	
Contribuição Normal Média dos Ativos (alíquotas variáveis) (*1)	4,68%	4,60%	
Contribuição Normal da Patrocinadora (*2)	7,84%	7,71%	
Sub-Total	12,52%	12,31%	
Contribuição Suplementar	- %	- %	
Total Contribuições (Patrocinadoras + Participantes Ativos):	12,52%	12,31%	
Contribuições Normais dos Assistidos:			
Aposentados Assistidos	- %	- %	
Pensionistas Assistidos	- %	- %	

*1: Considerando como se todos os participantes não assistidos estejam contribuindo com os percentuais máximos de 2%/9% a título de Contribuição Normal Básica Mensal (de caráter obrigatório).

*2: Inclui a contribuição destinada ao custeio administrativo, ao custeio dos Benefícios de Risco e ao Custeio Paritário dos Benefícios Programados.

NOTA: No numeral 4 do item V.3. encontra-se o Plano de Custeio vigente, que continuará em vigor em 2015.

3) Além das receitas contributivas realizadas pelo Patrocinador pelos Assistidos e pelos Participantes enquadrados em Benefício Proporcional Diferido (BPD) para cobertura do custeio administrativo, existem as seguintes outras fontes para tal custeio, em conformidade com o Programa de Gestão Administrativa (PGA):

- Se necessário, parcela do retorno dos investimentos; e
- Se necessário, recursos acumulados existentes no Fundo Administrativo.

V.2.-Variação das Provisões Matemáticas no exercício encerrado em relação ao exercício anterior:

1) A decomposição do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano, do final do ano

de 2013 para o final do ano 2014, considerando a evolução das suas principais grandezas, é a seguinte:

Referência	31/12/2013	31/12/2014	Variação
Provisão de Benefícios Concedidos	R\$ 11.187.611,51	R\$ 13.233.553,16	18,29%
Provisão de Benefícios a Conceder	R\$ 84.405.423,21 (*1)	R\$ 90.351.995,35 (*1)	7,05%
Provisão Matemática a Constituir	-	-	-%
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	R\$ 95.593.034,72	R\$ 103.585.548,51	4,80%

*1: Em 31/12/2010, se excluiu da Provisão de Benefícios a Conceder o valor de R\$ 1.902.668,26 correspondente à Provisão Matemática Coletiva de Benefícios de Risco a Conceder, já que, desde o Plano de Contas vigente em 31/12/2011, esse valor passou a ser registrado como Fundo Coletivo de Benefícios de Risco a Conceder (fora do âmbito das Provisões Matemáticas).

V.3. - Principais riscos atuariais e, se for o caso, medidas para sua mitigação:

- 1) Pela natureza do Plano ser de Contribuição Definida, não há registro de Superávit Técnico Acumulado ou Déficit Técnico Acumulado.
- 2) Em relação ao Benefício de Risco por Morte do Participante Ativo, o custo do mesmo foi avaliado atuarialmente pelo regime financeiro de repartição simples, utilizando os “qx da Tábua de Mortalidade Geral AT-49 (masculina)”, que se mostra suficiente, conforme demonstra a evolução do Saldo registrado como Fundo Coletivo de Benefício de Risco (a Conceder), que, em 31/12/2014, alcançou o valor de R\$ 6.614.128,80 comparativamente aos R\$ 5.231.909,79 registrados em 31/12/2013.
- 3) Em se tratando do Benefício de Risco por Entrada em Invalidez Total e Permanente, o custo do mesmo foi avaliado atuarialmente pelo regime financeiro de repartição simples, utilizando os “ix da Tábua de Entrada em Invalidez LIGHT (MÉDIA)”, que se mostra suficientemente adequada, conforme demonstra a evolução do saldo registrado como Fundo Coletivo de Benefícios de Risco (a Conceder), de R\$ 5.231.909,79, registrado em 31/12/2013, para R\$ 6.614.128,80 registrado em 31/12/2014.
- 4) O Plano de Custeio Vigente destinado a dar cobertura aos Benefícios do Plano Misto I de Benefícios da CELPOS, que continuará em vigor em 2014, é basicamente o seguinte:

a) Contribuição Normal Básica Mensal do Participante Ativo:

De caráter obrigatório, corresponde a:

- R% de 2% da parcela do Salário Real de Contribuição não excedente ao valor correspondente a 10 (dez) Unidades de Referência da CELPOS (UR) (*1); e
- R% de 9% da parcela do Salário Real de Contribuição excedente ao valor correspondente a 10 Unidades de Referência da CELPOS (UR) (*1), sendo R% um percentual definido no §3º do Art. 35 do Regulamento do Plano.

(*1): UR é a Unidade Referência CELPOS, cujo valor é igual a R\$ 339,38 (a preços de dezembro de 2014).

A totalidade de Contribuição Normal Básica Mensal do Participante Ativo é destinada à cobertura dos Benefícios Programados do Plano.

b) Contribuição Normal Facultativa do Participante Ativo: corresponde à contribuição mensal ou esporádica, de caráter voluntário, feita com o objetivo de aumentar a cobertura relativa aos benefícios programados deste Plano Misto I de Benefícios da CELPOS.

c) Contribuição Normal Mensal do Patrocinador para cobertura dos Benefícios Programados: corresponde a um valor igual a 100% da Contribuição Normal Básica Mensal (de caráter obrigatório) de cada Participante Ativo Normal e igual a 127,39% da Contribuição Normal Básica Mensal (de caráter obrigatório) de cada Participante Ativo Especial.

d) Contribuição Mensal para Benefícios de Risco do Patrocinador: corresponde a um valor igual a 27,39% da Contribuição Normal Básica Mensal (de caráter obrigatório) de cada Participante Ativo Normal e a 0,00% da Contribuição Normal Básica Mensal (de caráter obrigatório) de cada Participante Ativo Especial.

e) Contribuição Mensal para Despesas Administrativas do Patrocinador: corresponde a um valor igual a 40,13% da Contribuição Normal Básica Mensal (de caráter obrigatório) de cada Participante Ativo (Normal ou Especial).

f) Contribuição Mensal para Despesas Administrativas dos Assistidos: 1,0% do valor da

renda de pagamento continuado recebida do Plano (conforme aprovado pela Ata da Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da CELPOS realizada em 29 de janeiro de 2014)

g) Contribuição Mensal para Despesas Administrativas dos Participantes enquadrados no Benefício Proporcional Diferido (BPD): na forma de percentual de 0,085% do valor, existente a cada mês, no respectivo Saldo de Contas (Parcela Participante e Parcela Patrocinador).

5) A rentabilidade repassada às contas desse Plano se dá com base na variação do valor das cotas, conforme estabelecido no artigo 39 do Regulamento de Benefícios do Plano Misto I de Benefícios da CELPOS, tendo sido, tal variação, em 2014, de 7,43%.

V.4. - Qualidade da Base Cadastral Utilizada:

1) Os dados cadastrais que nos foram enviados pela CELPOS, foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2014, refletida nesta D.A..

V.5.- Variação do Resultado Superavitário no exercício encerrado, apontando as causas mais prováveis:

Pela natureza do Plano Misto I de Benefícios da CELPOS ser do tipo Contribuição Definida, o mesmo não registra, ao longo do tempo, superávit ou déficit atuarial.

V.6. - Natureza conjuntural ou estrutural do Resultado Acumulado:

Pela natureza do Plano Misto I de Benefícios da CELPOS ser do tipo Contribuição Definida, o mesmo não registra, ao longo do tempo, superávit ou déficit atuarial, ou qualquer resultado acumulado.

V.7.- Adequação dos métodos de financiamento aplicados no caso do regime financeiro de capitalização:

Considerando tratar-se de Benefícios de Risco por Morte do Participante Ativo e por Entrada em Invalidez Total e Permanente, tais benefícios estão sendo adequadamente financiados pelo Regime de Repartição Simples. Quanto aos demais benefícios, por serem concedidos na modalidade de Contribuição Definida, estão sendo adequadamente financiados pelo regime financeiro de Capitalização Individual.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2015

José Roberto Montello
Atuário MIBA 426

Relatório Anual de Informações / Celpos 2014

Administração e Fiscalização

Patrocinadores

Companhia Energética de Pernambuco Celpe
Fundação Celpe de Seguridade Social Celpos

Conselho Deliberativo

Titulares

Amauri Pereira da Silva
Sandra Maria Albuquerque Torreão
Rogério José Fragoso de Sousa
José Carlos Medeiros Leite
Francisco Ramos Freire de Andrade
André Luiz dos Santos
Humberto Cardim de Oliveira Melo

Suplentes

Alexandre Emmanuel de Araújo Paschoal
Tânia Tavares de Melo Barros Lima
Alessandro Henrique de Oliveira Cabral
Bruno Cavalcanti Coelho
Almir Adnilton Duarte Perciliano
Deyse Lúcia de Carvalho Leal
Fábio Henrique Cavalcanti de Azevedo

Conselho Fiscal

Titulares

Alberto Henrique de Lima Oliveira
Edna Maria Pereira Ferreira
Roberto Paes de Lima

Suplentes

Cristiane M^a Lott Oliveira
Patrícia Maria Santana Fidelis dos Santos
Silvano Moraes da Silva

Contadora

Jeniffer de Melo Borges

Ficha Técnica

Fundação Celpe de Seguridade Social – Celpos
Setor responsável: Assessoria de Comunicação – ASCOM
Coordenação: Rakel Azevedo
Produção: Caroline Araújo